

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Márcia Luíza Pit Dal Magro

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA SUJEITOS INSERIDOS EM
“EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS”**

FLORIANÓPOLIS

2006

MÁRCIA LUÍZA PIT DAL MAGRO

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA SUJEITOS INSERIDOS EM
“EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS”**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Chalfin Coutinho

FLORIANÓPOLIS

2006

Márcia Luíza Pit Dal Magro

Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 03 de abril de 2006.

Prof^a. Dr.^a. Andréa Vieira Zanella
Coordenadora

Prof^a. Dr.^a. Maria Chalfin Coutinho
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof.^a Dr.^a Andréa Vieira Zanella
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof^a. Dr.^a. Bernardete Aued
Departamento de Sociologia, UFSC

Dedico este trabalho ao Jacir, pelo amor, companheirismo e incentivo em todos os momentos, e ao Gabriel, cuja presença traz novas perspectivas de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos trabalhadores da cooperativa estudada, os quais me oportunizaram adentrar em seus espaços de trabalho, compartilhar um pouco de suas vidas e assim realizar essa pesquisa.

À Prof^a. Maria Chalfin Coutinho, pela orientação desse trabalho, assim como pelo carinho e confiança ao longo dessa trajetória.

Aos colegas e amigos do mestrado, em especial à Daniela e Samantha, com quem compartilhei idéias, angústias e alegrias desse momento de formação.

Ao professor Márcio César Ferraciolli, orientador da graduação, por ter instigado em mim o interesse pela Economia Solidária e pela Psicologia do Trabalho.

Ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, pela oportunidade de continuar minha trajetória acadêmica.

“Pobre gente e miserável, povos insensatos, nações obstinadas em vosso mal e cegas ao vosso bem, deixai roubar, sob vossos próprios olhos, o mais belo e o mais claro de vossa renda, pilhar vossos campos, devastar vossas casas. Viveis de tal modo que nada mais é vosso [...]. E todo esse estrago, esse infortúnio, essa ruína enfim, vos advém não dos inimigos, mas sim, por certo, do inimigo, daquele mesmo que fizeste ser como ele é, por quem ides tão corajosamente à guerra e para a vaidade de quem vossas pessoas nela enfrentam a morte a todo instante. Esse senhor, porém, só tem dois olhos, duas mãos, um corpo e nada além do que tem o último habitante do número infinito de nossas cidades. O que ele tem a mais do que vós são os meios que lhe forneceis daí para vos destruir. De onde tira os inumeráveis olhos com que vos espiona, senão de vossas fileiras? Como tem tantas mãos para golpear, se não as toma emprestado de vós? Os pés com que espezinhas vossas cidades não são os vossos? Como ousaria atacar-vos se não estivesse conivente convosco? Tem ele algum poder senão por vós mesmos?

La Boétie

“O discurso da servidão voluntária”

Estaban los tres ciegos ante el elefante. Uno de ellos le palpó el rabo y dijo:
- Es una cuerda.
- Otro ciego acarició una pata del elefante y opinó:
- Es una columna.
- Y el tercer ciego apoyó la mano en el cuerpo del elefante y adivinó:
- Es una pared.

Así estamos: ciegos de nosotros, ciegos del mundo. Desde que nacemos, nos entrenan para no ver más que pedacitos. La cultura del desvínculo nos prohíbe armar el rompecabezas.

Eduardo Galeano

“Ser como Ellos”

RESUMO

O debate em torno da Economia Solidária vem ganhando destaque no Brasil nos últimos dez anos, especialmente através das práticas cooperativas. Nesse sentido, muitas pesquisas acerca desses empreendimentos têm apontado para a necessidade de considerá-los para além de sua esfera econômica, ressaltando, entre outros aspectos, sua dimensão subjetiva. O objeto da presente pesquisa foi então, investigar os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em um “empreendimento solidário”, a partir do estudo de caso de uma cooperativa de serviços gerais, situada na cidade de Chapecó, SC. A referida cooperativa vinculava-se à uma Incubadora de Cooperativas Populares e se propunha a trabalhar dentro dos princípios da Economia Solidária. Foram utilizados como procedimentos de pesquisa entrevistas semi-estruturadas e diário de campo, sendo que as informações foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo proposta na pesquisa qualitativa, discutida por González Rey (2002). As discussões e considerações, a partir das informações levantadas, apontam para os diferentes sentidos atribuídos pelos cooperados ao trabalho, em que se destacam a relação deste com a garantia da subsistência e como forma de reconhecimento e/ou desvalorização social, questões que remetem ao contexto social mais amplo e as problemáticas do modelo capitalista. Estas formas de significar o trabalho relacionam-se diretamente aos sentidos atribuídos por esses sujeitos ao cooperativismo, para o que mostrou-se fundamental também a proposta e a configuração da autogestão no espaço do empreendimento estudado. Esta é influenciada entre outros aspectos, pelos atravessamentos político partidários e os processos de capacitação realizados na cooperativa. Por fim, o que entra em questão é a própria existência de uma Economia Solidária e suas possibilidades e limitações na promoção da emancipação social e da desalienação do trabalho.

Palavras chave: Economia solidária, sentidos do trabalho, cooperativas populares, emancipação social.

ABSTRACT

The debate around the solidary economy has been highlighted in Brazil in the last ten years, especially through the cooperative practices. In this sense, many researches about these enterprises have pointed to the need of considering them to beyond their economic sphere, pointing out its subjective dimension. The purpose of the present research was then to investigate the meaning of work for the people inserted in a solidary enterprise, from the case study of a cooperative of general services, located in Chapecó, SC. The reported cooperative was linked to an incubator of popular cooperatives and engaged in work within the principles of solidary economy. As procedure of the research, semi-structured interviews and field diary were conducted, being the resulting information analyzed from the perspective of the content analysis proposed in the qualitative research, discussed by González Rey (2002). The discussions and considerations from the resultant information point towards the different meanings attributed by the cooperators to the work, from which gain relevance the relation between worker and subsistence and, in terms of recognition and/or social devaluation, issues that point to the wider social context and to the capitalist modes of work. The ways of denoting the work are also directly connected with the senses attributed to cooperativism, according to which the proposal and the configuration of self-management are fundamental in the enterprise. This is influenced by the political partisan maneuvers and the qualifying processes carried out in the cooperative. At last, the existence of a solidary economy itself and its possibilities and limitations in the promotion of social emancipation and work desalienation are questioned.

Key words: solidary economy, meanings of work, popular cooperatives, social emancipation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	18
1.1 As raízes históricas da Economia Solidária.....	18
1.2 A Economia Solidária e suas contradições.....	23
2. OS SENTIDOS DO TRABALHO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	34
3.ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
3.1 Sobre o processo de pesquisa.....	41
3.2 Caracterização dos sujeitos entrevistados.....	48
4. OS SENTIDOS DO TRABALHO.....	52
4.1 Breve história sobre a constituição do empreendimento.....	53
4.2 O trabalho enquanto forma de subsistência.....	55
4.3 O trabalho enquanto forma de reconhecimento ou desvalorização social.....	62
5. SENTIDOS DO COOPERATIVISMO.....	76
5.1 A autogestão no espaço da cooperativa.....	76
5.2 Os atravessamentos político partidários na organização cooperativa.....	88
5.3 Os processos de capacitação e suas implicações na apropriação dos princípios da Economia Solidária.....	95
5.4 Sobre solidariedade... para finalizar.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104

REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES.....	115
Apêndice 1: termo de consentimento livre e esclarecido.....	116
Apêndice 2: Roteiro de entrevista	117

INTRODUÇÃO

Minha relação com os “empreendimentos alternativos de produção” e com a proposta da Economia Solidária iniciou cerca de um ano antes do meu ingresso no programa de mestrado e foi decisiva para a definição do tema proposto nessa pesquisa: Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”.

Em fevereiro de 2003, através da realização de um estágio curricular em Psicologia do Trabalho¹, o qual durou até o mês de julho do referido ano, estabeleci o primeiro contato com a cooperativa estudada. Na ocasião, os trabalhadores começavam a ingressar no curso de capacitação em cooperativismo popular, promovido pela instituição proponente e financiadora do empreendimento, sendo que a constituição legal e a definição das atividades da cooperativa ocorreram ao longo do processo de capacitação.

Inicialmente, a proposta de uma organização do trabalho que fosse pautada em princípios como igualdade e solidariedade, em meio a modos de trabalho tão precarizados e excludentes, causaram-me fascínio e curiosidade. No entanto, com o passar do tempo, foi inevitável a observação de contradições e questionamentos em relação a essa proposta e ao que vinha ocorrendo na implementação da cooperativa estudada, assim como em outros empreendimentos que estava tendo a oportunidade de acompanhar.

Entre as contradições que emergiam naquele contexto, a que ficou mais evidente para mim, foi a necessidade de haver um processo de ressignificação dos modos de trabalho para que os sujeitos se apropriassem da proposta da Economia Solidária, em meio a necessidade do

¹ O referido estágio foi realizado juntamente com a colega de curso Sandra Dartora.

empreendimento se inserir, sobreviver e competir dentro do modelo econômico que buscava superar.

Outra questão que se colocava é que aquela tratava-se de uma experiência tutelada pela prefeitura municipal e, portanto, não nascia da livre iniciativa de trabalhadores organizados. Isso resultava em que estes últimos não chegavam à cooperativa tendo clareza da proposta da mesma e, portanto, não demonstravam estar implicados com os princípios da Economia Solidária. O que eles buscavam, ao contrário, era atender a necessidade imediata de ter um trabalho remunerado que garantisse a sua sobrevivência e de suas famílias. Assim, eram comuns no grupo de cooperados as falas sobre o desejo de conseguir um “trabalho com carteira assinada”, em que eles tivessem acesso aos direitos trabalhistas e a um salário fixo.

Ressalto que durante o desenvolvimento desta pesquisa a cooperativa em questão vinha se afastando do modelo de empreendimento solidário até abandoná-lo completamente por volta do início de 2005, o que se deu especialmente em virtude de atravessamentos político partidários. Assim, é importante destacar que a análise se dá a partir de um empreendimento que não deu certo.

Apesar de todas as contradições, a cooperativa tornava-se uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho para aqueles sujeitos que estavam desempregados e passando por dificuldades de toda a ordem. Somava-se à essa condição, o fato de grande parte desses trabalhadores terem mais de quarenta anos, baixa escolaridade e falta de qualificação profissional.

Durante a realização do estágio, eram recorrentes os depoimentos em torno do sofrimento psíquico pelas condições sociais a que os trabalhadores estavam submetidos devido a falta de trabalho e renda, assim como pela falta de acesso às condições básicas de sobrevivência como alimentação, moradia, vestuário. Este cenário chamava a atenção para as problemáticas

sociais e econômicas do modelo capitalista, assim como para a necessidade de criar alternativas que possibilitassem à essa população a superação das condições adversas criadas por esse modelo. Desta forma, comecei a questionar sobre o papel desempenhado pelos “empreendimentos solidários” na constituição dessas alternativas.

Nesse processo senti necessidade de compreender como os aspectos econômicos, políticos e administrativos que atravessavam os empreendimentos, expressavam-se na subjetividade daqueles trabalhadores. Assim, busquei compreender como essas pessoas significavam a experiência cooperativa e quais as implicações disso nas relações que as mesmas estabeleciam com o trabalho e com o lugar de trabalhador.

O problema dessa pesquisa remete-se a como os trabalhadores, inseridos na cooperativa estudada, significam o trabalho e o lugar de trabalhador. Para investigar essa questão, foi definido como objetivo geral desse estudo “Compreender os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em um empreendimento solidário”. Os objetivos específicos são: relacionar a proposta da Economia Solidária com os modos de trabalho presentes na cooperativa; compreender como os cooperados singularizam as experiências vivenciadas na cooperativa e que sentidos produzem a partir destas; investigar as trajetórias de trabalho dos sujeitos inseridos no empreendimento estudado, em sua relação com os modos de significação do trabalho.

Ao me voltar para as bibliografias que abordavam essas temáticas, observei que as iniciativas em torno de “modelos alternativos de produção” são tão antigas quanto o próprio capitalismo industrial, sendo que essa discussão já tem mais de duzentos anos.

No Brasil as primeiras leis que regulam o funcionamento das cooperativas datam de 1903, por meio do decreto de lei 979, o qual abre à possibilidade da constituição de cooperativas de produção e consumo e de caixas de crédito. Já em 1932 foi promulgada a lei básica do

cooperativismo brasileiro, o que teria provocado, segundo Aued e Chaves (2003), um florescimento da prática cooperativa a partir deste período.

Ao longo do século XX, segundo pesquisa realizada pela UNIRCOOP (2003), os empreendimentos cooperativos no Brasil foram assumindo diferenças regionais que não nos permitem falar de um único cooperativismo. Estas diferenças, entre outros fatores, foram ocasionadas devido a grande extensão territorial deste país, bem como pela presença dos imigrantes alemães, italianos e japoneses que se instalaram nas regiões Sul e Sudeste, os quais traziam diferentes experiências no campo do associativismo.

No ano de 1971, foi criada a lei n. 5.764, que possibilitou melhor definição das especificidades das cooperativas, e nesse ínterim, foi constituída a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)², entidade que representa ainda hoje a estrutura formal de vinculação das cooperativas no país. Estas também podem se vincular a estruturas de representação de base popular e a Confederação das Cooperativas Brasileiras de Reforma Agrária (CONCRAB) (UNIRCOOP, 2003).

A partir da década de noventa, o debate em torno dos empreendimentos cooperativos vem ganhando novo destaque, especialmente através da proposta da Economia Solidária. Este período é marcado por um agravamento da crise econômica com forte crescimento do desemprego e dos trabalhos informais, parciais e temporários, em decorrência do processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, assim como das novas políticas neoliberais. Este cenário acabou por favorecer a criação de estratégias como os “empreendimentos solidários”, que buscassem promover a geração de trabalho e renda para a população excluída do mercado de trabalho formal. Isso pode ser observado, por exemplo, no aumento do número de

² Segundo Unircoop (2003), não existe nenhuma exigência legal que condicione a filiação e registro das cooperativas nesta entidade para poderem funcionar.

cooperativas registradas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNCR), que segundo a Unircoop (2003), passa de 4.666 em 1990 para 20.579 em 2001, apontando um crescimento de 331% no número de empreendimentos deste gênero em apenas uma década.

A criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, ocorrida inicialmente nas universidades federais, o fortalecimento de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, também favorecem o atual destaque em torno do tema Economia Solidária. Nesse sentido, para Singer (2002), desempenham um papel importante entidades como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (Anteag).

Esse contexto aponta para a importância de investigar a repercussão desses empreendimentos nas práticas cotidianas dos trabalhadores, bem como suas possibilidades frente as problemáticas sociais do modelo econômico vigente. Nesse sentido, as pesquisas nesta área também podem servir como subsídio para as discussões em torno das políticas públicas vinculadas à criação de “modos alternativos de produção”.

Este trabalho foi organizado em cinco capítulos: O primeiro conta com uma revisão bibliográfica dos temas abordados, em que procurei tratar inicialmente das raízes históricas da Economia solidária. Esta tem sua gênese nas idéias dos “socialista utópicos” e, posteriormente, na Crítica da Economia Política desenvolvida por Marx, discussões que precisam ser minimamente compreendidas na medida em que continuam a subsidiar as atuais propostas dos “modos alternativos de produção”.

Na seqüência, trago brevemente a perspectiva da Psicologia histórico-cultural, a qual serve como referência teórico-epistemológica deste trabalho, especialmente para discutir as categorias sentido e subjetividade.

No terceiro capítulo, discuto brevemente a concepção de pesquisa adotada nesse trabalho, a qual parte da perspectiva qualitativa definida por González Rey (2002), definição esta que não corresponde ao nível instrumental, mas sim à uma opção teórico epistemológica, no sentido de assumir o caráter histórico-cultural do objeto de conhecimento. Em seguida, é descrita um pouco da história dessa pesquisa e explicitados os procedimentos utilizados para realização do trabalho de campo e para a análise empreendida.

Já o quarto capítulo, traz uma breve história da constituição do empreendimento e, em seguida, aborda a análise dos sentidos do trabalho para os cooperados estudados. Nesta discussão, destacam-se os modos de trabalho do atual modelo econômico e a relação destes na significação do trabalho, enquanto meio de subsistência e enquanto forma de reconhecimento e valorização social do sujeito trabalhador.

O quinto capítulo, por sua vez, aborda os modos de organização do trabalho no espaço da cooperativa, as contradições em torno da proposta e da implementação da autogestão, e a relação desta com os atravessamentos político partidários e os processos de capacitação realizados através da incubadora. Por fim, traz uma breve discussão em torno da emergência de práticas solidárias no contexto do empreendimento.

A discussão é encerrada com algumas considerações tecidas a partir da experiência estudada. Estas trazem os diferentes sentidos atribuídos ao trabalho, em que se destaca a relação deste com a subsistência e enquanto forma de reconhecimento e/ou desvalorização social, o que remete ao contexto social mais amplo e aos modos de trabalho do capitalismo. Estas formas de significar o trabalho relacionam-se com os sentidos atribuídos ao cooperativismo, os quais têm relação também com a proposta e a configuração da autogestão. Por fim, o que entra em questão é a própria existência de uma Economia Solidária e de suas possibilidades e limitações na promoção da emancipação social e da desalienação do trabalho.

Nesse trabalho é marcante a presença de autores como Marx, Souza Santos, Rodríguez, Quijano, Singer e González Rey, a colaboração do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural e do materialismo histórico dialético. Também busquei dialogar com outros autores que estudam os “empreendimentos solidários” na atualidade, o que aponta para a diversidade de práticas e experiências nesse campo. Essas servem como um ponto de referência para olhar a cooperativa estudada, e mostram como as problemáticas que atravessam a mesma são recorrentes em outras experiências que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo.

1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA.

1.1 As raízes históricas da Economia Solidária.

Os processos históricos, como afirma Lechat (2002), são compostos em sua maioria por diversos fenômenos e situações passadas que, reinterpretados e reorganizados, começam a se tornar significativos para um determinado número de pessoas. Assim, não podemos simplesmente falar do surgimento de uma nova realidade a partir de um dado momento, mas buscar entendê-la dentro de uma visão processual e dialética. Nesse sentido, é importante apontar que o debate em torno dos “sistemas alternativos de produção”, o qual vem ganhando destaque na América Latina através da Economia Solidária, já está colocado há mais de duzentos anos. Retomar um pouco da trajetória desses sistemas, pode assim, auxiliar-nos para o entendimento das discussões atuais acerca dos mesmos.

A busca por uma sociedade mais justa e igualitária, segundo Quijano (2002), é associada a um “modo” ou “sistema alternativo de produção” a partir da instauração do capitalismo, e, com ele, do conceito de “modo de produção”.

O capitalismo, segundo a perspectiva européia, é, desta forma, o campo de relações que confere sentido à idéia de “alternativo” para qualquer “modo” ou “sistema de produção” considerado idôneo – como, pelo menos se espera – não apenas para substituir o sistema de produção do capital, mas, fundamentalmente, para eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração e da dominação social. (QUIJANO, 2002, p. 478)

As discussões e elaborações teóricas em torno desse tema, iniciaram no final do século XVIII com a crítica à sociedade capitalista, e posteriormente continuaram com a Crítica da

Economia Política, realizada especialmente por Marx a partir da segunda metade do século XIX. Ao longo desse período, emergiram na Europa e também na América, diversas propostas e experiências com vistas às “formas alternativas de produção”. Estas, segundo Teixeira (2002), baseavam-se especialmente nas idéias dos chamados socialistas utópicos como Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Proudhon (1809-1865), assim como nas teorias de Marx e Engels.

Os empreendimentos cooperativos são exemplos dessas experiências, sendo que a fundação das primeiras cooperativas de trabalhadores, segundo Santos e Rodríguez (2002), data de 1823 na França e de 1826 na Inglaterra, país este considerado o berço do cooperativismo contemporâneo. Esses empreendimentos constituíam-se em tentativas dos trabalhadores para recuperar a autonomia econômica frente às novas forças produtivas, configurando-se como resposta à pauperização provocada pelas primeiras fábricas do capitalismo industrial.

No Brasil, as primeiras experiências do cooperativismo também remontam ao século XIX, como o Falanstério do Saí³, fundado em 1841 em Santa Catarina e a colônia Tereza Cristina⁴, fundada em 1847 no Estado do Paraná, ambos sob a influência do pensamento de Fourier.

As idéias dos “utópicos” constituem um painel do socialismo anterior a Marx, e as críticas deste à essas idéias servem como pano de fundo para a proposta de um socialismo científico. A denominação de “utópicos” foi dada por Engels, segundo Teixeira (2002), com o intuito de mostrar a ambigüidade destas teorias, as quais apresentavam projetos de superação da sociedade sem dar atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos da mesma. Nessas teorias,

³ Sobre esta experiência ver THIAGO, (1995)

⁴ Esta experiência cooperativa é citada no trabalho de pesquisa da UNIRCOOP (2003).

no entanto, já estão em germe questões como a emancipação social através da organização do trabalho, o fim da propriedade privada e o trabalho autogestivo e associativo.

É importante demarcar que, segundo Bottomore (2001), existem diferenças importantes na obra de Owen em relação as obras de Fourier e Saint-Simon. O pensamento destes dois últimos, ao contrário do primeiro, parte de reações contra as teorias iluministas da natureza humana que concebem esta como inata.

Fourier e Saint-Simon também não pregam o fim da propriedade privada e nem a igualdade de direitos e condições entre os homens como Owen e Proudhon, mas debatem a necessidade de melhora das condições de vida das classes pobres. Engels (1965) aponta que em função de Owen ser inglês, suas idéias revelavam um maior conhecimento da realidade de uma sociedade industrial em relação aos dois outros autores que eram franceses. Isso porque Owen é contemporâneo à revolução industrial inglesa, país em que as conseqüências sociais da industrialização eram mais visíveis do que na França, onde a industrialização iria generalizar-se apenas cinqüenta anos mais tarde.

As teorias dos “utópicos” expressam, segundo Bottomore (2001), um momento histórico em que a ascensão da burguesia e sua luta contra o feudalismo, a monarquia e o clero produziam o ressurgimento de uma fé inabalável na ciência, agora liberta das fronteiras estabelecidas pela fé. Nesse sentido, esses teóricos, influenciados pelo idealismo Hegeliano, pretendiam construir uma nova ciência da natureza e instaurar sociedades ajustadas à razão absoluta, em que o conhecimento da verdade somente poderia se dar através dessa. “Neste aspecto, a verdade absoluta não está sujeita a condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, e só o acaso pode definir quando e onde essa descoberta se revelará.” (Engels, 1965, p. 315)

Os males da sociedade seriam, assim, fruto da ignorância e da falta do verdadeiro conhecimento sobre os homens e sobre a natureza e a transformação da sociedade se daria através da educação e da universalização do conhecimento científico, em que a emancipação da humanidade como um todo deveria ser o objetivo maior.

Marx e Engels compreendiam que estes projetos estavam condenados a fracassar, pois, apesar de criticarem a sociedade de sua época e o modo de produção capitalista, não conseguiam explicá-lo através de suas conexões históricas e colocá-lo em suas bases materiais. Assim, “(...) comparadas com as brilhantes promessas dos pensadores, as instituições sociais e políticas instauradas pelo ‘triumfo da razão’ redundaram em tristes e decepcionantes caricaturas” (Engels, 1965, p. 308).

A função do socialismo, na perspectiva de Marx e Engels, seria então investigar o processo histórico e econômico dos conflitos gerados pela contradição entre produção social e apropriação capitalista. Esta contradição trazia como resultado a luta de classes e a necessidade de superação destes conflitos através da superação da própria condição de classes sociais. Aqui, diferentemente que nos “utópicos”, Marx e Engels defendiam a transformação social através da emancipação do proletariado e da tomada do poder público por este, sendo que esta revolução só poderia ocorrer em escala mundial, não podendo limitar-se à experiências isoladas.

Marx também destaca a primazia da práxis em relação ao saber e a teoria, o que pode ser observado nas menções elogiosas ao trabalho de Owen, por considerá-lo entre os socialistas utópicos, o que mais se aproxima desta práxis. Owen buscou colocar em prática suas teorias em experiências como a fábrica New Lanark, a qual administrou por 30 anos, implementando benefícios até então inéditos para a classe trabalhadora, como redução da jornada de trabalho e a criação dos jardins de infância para os filhos dos trabalhadores. O nome de Owen se tornou

referência nas lutas sociais dos trabalhadores do século XIX e foi ele também quem criou as primeiras cooperativas de consumo e produção.

A perspectiva de emancipação social apresentada pelos socialistas utópicos está presente em vários autores contemporâneos nas discussões acerca dos “sistemas alternativos de produção”. As contradições desses sistemas, a partir da proposta do socialismo científico, passam em muito pelo que se concebe como as possíveis vias para essa emancipação.

As diferentes experiências, dimensões de ação e formas de conceber os “sistemas alternativos de produção”, implicariam de forma geral em “(...) reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas.” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 26). Essas práticas constituiriam-se desta forma, em possibilidades de transformações graduais em direção ao não capitalismo, criando enclaves de solidariedade no seio deste.

Dentre todas as propostas⁵ elaboradas ao longo dos séculos XIX e XX, com base nas idéias de Marx e Engels e dos utópicos, segundo Quijano (2002), a que teria atingido maior sucesso prático seria a internacionalização da economia presente no Manifesto Comunista, a qual foi implementada em todo o bloco socialista a partir da Segunda Guerra Mundial. Porém, com a desintegração do poder da União Soviética no fim da década de 80, somente o cooperativismo sobreviveu, o que ocorreu a custo de severas adaptações do mesmo.

⁵ Como exemplo dessas propostas temos: “(...) a idéia saintsimoniana de “sociedade de produtores”, passando pelas cooperativas de Owen; o “falanstério” de Fourier, a nacionalização de todos os recursos de produção proposta no Manifesto comunista de Marx e Engels; a comunidade do tipo da “obschina”, dos “narodnikis” ou “populistas” russos; a revolução da Comuna de Paris em 1871 (adotada a partir de então por Marx, corrigindo radicalmente a sua proposta do manifesto); a Comuna do movimento anarquista; a proposta dos “Conselhos operários” de algumas frações minoritárias do socialismo europeu, especialmente do holandês.” (QUIJANO, 2002, p. 478)

À medida que todas as correntes políticas que protegiam o cooperativismo reduziram-se a luta por reformas dentro do capitalismo, com vistas moderação na relação entre capital e trabalho, o cooperativismo ficou vinculado à concepção e à prática dessas reformas.

Em certo sentido, este percurso histórico acabava por dar razão a Marx, para quem as cooperativas não eram em si uma alternativa ao capitalismo, mas poderiam desempenhar um importante papel de apoio à auto-educação dos trabalhadores na época de se reapropriarem do controle do seu trabalho contra o despotismo do capital. (QUIJANO, 2002, p. 479)

Tendo em vista que o número de empreendimentos cooperativos vem se tornando cada vez mais expressivo, vem também se acirrando as discussões acerca do possível potencial emancipador dos mesmos frente ao capitalismo. As diferentes teorias e inúmeras experiências nesse campo demonstram que essa discussão é complexa e que merece ser analisada na relação entre as dimensões teórica e prática em que essas propostas vem se configurando atualmente.

1.2 A Economia Solidária e suas contradições.

Na América Latina, os debates em torno dos “modos alternativos de produção” são representados especialmente através da Economia Solidária, termo que compreende uma diversidade de ações e de formas de produção associativas, envolvendo desde iniciativas locais, até propostas mais globais de coordenação econômica e jurídica. Nesta economia, segundo Quijano (2002), o cooperativismo ganha um destaque especial, como instituição central de alternativa ao capitalismo.

O cooperativismo enquanto prática econômica tem se baseado em um conjunto de sete princípios que são:

⁶O vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; **o controle democrático por parte dos membros** – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; **a participação econômica dos membros** – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos; **a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações**; **o compromisso com a educação dos membros da cooperativa** – para lhes facultar uma participação efetiva; **a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais**; e **a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa** (BIRCHALL apud SOUZA SANTOS, RODRÍGUEZ, 2002, p. 34)

Os princípios acima têm norteado o funcionamento dos “empreendimentos solidários”, mas não sem inúmeras contradições entre essas propostas e o que ocorre de fato no dia-a-dia das cooperativas e associações.

A promoção da emancipação social, para Santos e Rodríguez (2002), está no centro da discussão sobre os sistemas alternativos de produção atualmente e as cooperativa que trabalham nesta perspectiva seriam instrumentos para promover essa emancipação. O potencial emancipador dos sistemas alternativos de produção ocorreria na medida em que houvesse mudança nas condições de vida da população que faz parte dos empreendimentos, bem como ampliação dos campos sociais onde existem valores e modos de organização não capitalistas.

No entanto, esses autores demarcam que não se referem às vias de emancipação social propostas pelo marxismo ou pelo liberalismo, ao sugerirem que o neoliberalismo atual pode ser

⁶ Grifos meus.

compreendido não como uma forma de liberalismo, mas sim, de conservadorismo, e que tanto o liberalismo como o marxismo estão hoje imersos em uma profunda crise.

O paradoxo está em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje. Essas promessas constituíram o patrimônio matricial do que se chamou por emancipação social e as lutas políticas modernas concentraram-se sobre a concepção de tais promessas e sobre os modos de as realizar ou, pelo contrário, de impedir a sua realização. Foi assim que se dividiram os capitalistas e os socialistas, os liberais e os marxistas, os reformistas e os revolucionários, os nacionalistas e os internacionalistas. Por razões diferentes (pelo menos, aparentemente), estas divisões parecem hoje anacrônicas ou incapazes de dar conta das clivagens que atravessam o mundo. (SANTOS, RODRÍGUEZ, 2002, p. 13)

Essa perspectiva ressalta a necessidade de reinventar a emancipação social, assim como implica em novas dimensões na idéia de “sistemas alternativos de produção”, a fim de criar respostas para as novas problemáticas sociais que se apresentam. No entanto, Quijano (2002), questiona essa reinvenção da emancipação social quando afirma que “apesar de todas as suas mudanças, com o capitalismo não se trata exatamente de um novo padrão de poder. Nesse sentido, as buscas de ‘modos’ ou ‘sistemas alternativos de produção’ referem-se sempre, de qualquer modo, ao capitalismo.” (QUIJANO, 2002, p. 481). Para Gaiger (2004), o sentido histórico que a Economia Solidária assume, ou pode vir a assumir na sociedade atual, reside fundamentalmente na emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, bem como na restituição da condição sujeito de sua existência ao trabalhador, a qual é “(...) incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana.” (GAIGER, 2004, p. 372)

O processo emancipatório, portanto, vai além da esfera econômica e não envolve somente um modo de produção, distribuição e consumo, mas a constituição de novas

subjetividades que permitam a reorganização das atividades humanas propostas por estas práticas alternativas.

Santos e Rodríguez (2002), apesar de não aprofundarem a questão, destacam o potencial emancipatório e as perspectivas de êxito dos modos alternativos de produção, e sugerem a integração entre processos culturais, sociais e políticos.

Como revelam os estudos de caso, as iniciativas de produção alternativa geralmente são apenas uma parte de um projeto integral de organização comunitária. Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo econômico para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de o manter dependem igualmente das dinâmicas não-econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas etc. – associadas à atividade de produção. Neste sentido, as alternativas são holísticas e o seu êxito depende, em parte, da forma como os processos econômicos e não econômicos dentro delas se sustentam mutuamente. (SANTOS, RODRÍGUEZ, 2002, p. 64)

Nessas propostas, é possível estabelecer uma relação entre o projeto de emancipação social e o processo de desalienação do trabalho. Para Marx, o trabalho alienado é aquele que:

(...) é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruina o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. (...) a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo mas a outro. (MARX, 2004, p. 114)

Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho é um dos principais fatores que promovem a alienação, pois “(...) desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de actividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair;

é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder seus meios de subsistência (...).” (MARX, ENGELS 1999, p. 116). Desta forma, ocorre uma fixação da atividade social que escapa ao controle do homem, tolhendo-lhe a liberdade e a criatividade, bem como sua possibilidade de auto-realização pelo trabalho.

O sistema de salários também escraviza o trabalho e este deixa de aparecer como fim em si, como possibilidade de auto-realização humana, transformando a atividade vital do homem, “o seu ser, em simples meio da sua existência.” (MARX, 2004, p. 116)

Assim, a transformação rumo a uma sociedade emancipada implicaria, entre outros aspectos, em romper com a divisão social do trabalho, na reapropriação dos meios de produção e dos seu produtos pelos trabalhadores e na possibilidade de auto-realização humana através do trabalho.

Nesse sentido, a proposta de superação do capitalismo e promoção da emancipação social através de iniciativas que emergem e precisam sobreviver dentro do próprio sistema que crítica, como as cooperativas, é extremamente complexa e contraditória.

As formas de organização econômica que se baseiem na igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente, para Santos e Rodríguez (2002), têm poder emancipatório e constituem-se em práticas sociais anticapitalistas, pois mesmo que surjam dentro do capitalismo, podem se constituir em possibilidades de transformações graduais em direção ao não capitalismo e criar enclaves de solidariedade no seio deste.

Apesar da existência de um movimento cooperativista internacional e da retomada da teoria associativista por movimentos e teorias sociais, segundo os autores acima citados, estas últimas até então não haviam conseguido se constituir em uma força capaz de enfrentar o socialismo centralizado e o liberalismo individualista, assim como o cooperativismo não tinha sido capaz de se converter em uma alternativa importante em relação ao setor capitalista. No

entanto, nos últimos anos, tanto a teoria quanto as práticas cooperativas têm novamente suscitado interesse, desafiando o prognóstico pessimista quanto a sua viabilidade.

Com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas e governos progressistas de todo o mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas. (SANTOS, RODRÍGUEZ, 2002, p. 35)

Singer (2002) aponta que a forma de crescimento da Economia Solidária mais provável se dá no sentido desta permanecer integrando os mercados capitalistas. Mas para este autor, a economia solidária apenas se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando conseguir competir com este conquistando os níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias do mesmo, para o que o consumo solidário poderia servir como fator de sustentação.

A visão acima pode ser confrontada se pensarmos nas ferramentas que o capital se utiliza para atingir esta “eficiência” de produção e distribuição, em que se instaura a primazia do valor-de-troca⁷ sobre o valor-de-uso, bem como a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do capital a fim de viabilizar sua auto-realização expansiva.

O estímulo ao consumo desenfreado sem se preocupar com os recursos ambientais, em um contexto no qual impera a livre concorrência, leva as indústrias ao aprimoramento cada vez maior de seus produtos, aumenta a utilização das máquinas e conseqüentemente diminui o número de trabalhadores necessários para a produção. Esta passa a se expandir num ritmo maior do que a possível expansão dos mercados, levando o modo de produção capitalista a um ciclo

⁷ Para Marx (1998), valor-de-uso é o produto originado pelo processo de trabalho sendo que ao final este passa a ser incorporado ao produto, o qual é um material adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. Nos modos de produção regidos pela lógica do capital, os valores-de-uso produzidos devem ser detentores de valor-de-troca e produzirem excedente (mais-valia).

vicioso de desenvolvimento econômico alternado por períodos de crise nascidos da superabundância.

As reformas do Estado implementadas no projeto neoliberal, que visam retomar os patamares de expansão anteriores à crise que se instaurou a partir dos anos 60, também compõem o cenário contraditório em que a Economia Solidária precisa se afirmar.

Segundo Chauí (2002), o poder mundial atualmente se encontra nos organismos econômicos privados como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), com os quais os Estados contraem dívidas públicas. Estes organismos exigem que os governos eliminem o déficit público, o que se dá com a destruição ou simplesmente não criação de políticas sociais. Desta forma, o projeto social, econômico e político neoliberal que caracteriza a reforma do Estado, inclui a regressão da social democracia e a crise do Welfare State, ambos difundidos no pós-guerra, em um contexto no qual o poder do Estado passa a ser empregado, especialmente para zelar pelo desenvolvimento capitalista.

O Estado, constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada, forma um segundo princípio organizador por meio do qual a classe dominante pode tentar impor sua vontade não somente aos seus oponentes, mas também ao fluxo, à mudança e à incerteza anárquicos a que a modernidade capitalista sempre está exposta. (HARVEY, 1992, p. 104)

O domínio de influência das grandes organizações multinacionais, originados a partir de alianças estratégicas, fusões e aquisições de empresas, muitas vezes ultrapassa o domínio de ação dos Estados-nação.

Essas estratégias têm contribuído significativamente para a constituição de cadeias globais de grupos empresariais de caráter multinacional com enorme

poder de intervenção em nível mundial. Através de processos de exteriorização e de segmentação de atividades, do estabelecimento de redes de cooperação, ou da proliferação de fusões e aquisições, esses grupos empresariais fortalecem a sua capacidade competitiva e consequentemente o seu poder de intervenção mundial, reconfigurando setorialmente e territorialmente todos os setores da economia. (SANTOS, RODRÍGUEZ, 2001, p. 25)

A segmentação e instabilidade do mercado em que a procura torna-se volátil e a competição cada vez mais acirrada, exige uma produção flexível. Este quadro é constituído pelas empresas que, a fim de garantir a lógica desenvolvimentista do capital, criam a necessidade de substituição rápida dos produtos. Desta forma, são alimentadas necessidades fictícias de consumo para que se mantenha a imensa produção de quinquilharias do capital na luta pela manutenção da lucratividade.

O resultado é a exacerbação da insegurança e da instabilidade, na medida em que massas de capital e de trabalho vão sendo transferidas entre linhas de produção, deixando setores inteiros devastados, enquanto o fluxo perpétuo de desejos, gostos e necessidades do consumidor se torna um foco permanente de incerteza e de luta. (HARVEY, 1992, p. 103)

O resultado disso, em um contexto em que o único capital do trabalhador passa a ser sua força de trabalho, é que um imenso número de trabalhadores acaba ficando à margem do mercado de trabalho formal, desempregados ou em trabalhos precarizados⁸. Vale ressaltar que, segundo Antunes (2003), esta é a condição de um terço dos trabalhadores do mundo atualmente.

As questões apontadas acima, repercutem diretamente nos custos dos produtos produzidos, tornando difícil a concorrência entre as empresas capitalistas e os “empreendimentos solidários” que não compartilham dessa lógica. Assim, o que se observa nos estudos realizados com os “empreendimentos solidários”, é que os mesmos não conseguem romper com as forma de

⁸ O trabalho precarizado, segundo Antunes (2003), é aquele desprovido dos mínimos direitos do trabalho e inclui os trabalhadores com contratos parciais, temporários, terceirizados, bem como os trabalhadores do mercado informal.

organização do trabalho tradicionais do sistema capitalista e apresentam dificuldades para se inserir nesse mercado.

Nesse sentido, as cooperativas de base popular têm encontrado muitas barreiras para serem implementadas e, raramente, sobrevivem por mais de cinco anos. As principais dificuldades são de ordem administrativa e de competitividade, bem como para operacionalização de inovações tecnológicas. (AUED, CHAVES, 2003)

Outra questão observada por Quijano (2002) é que os empreendimentos solidários, na maioria dos casos, dependem do apoio técnico e do subsídio financeiro de Organizações Não Governamentais, do Estado ou da Igreja, e quando esse é interrompido, os empreendimentos desintegram-se. Já os poucos que sobrevivem acabam tornando-se pequenas ou médias empresas que funcionam sob os princípios do capitalismo.

Um dos problemas enfrentados pelas cooperativas para se fortalecerem e se constituírem numa esfera econômica minimamente sólida e competitiva, é o fato de elas geralmente compreenderem pequenos empreendimentos que não têm condições de competir com a tendência e as vantagens da produção coletiva e em escala.

Objetivamente não há possibilidade de mudança estrutural, por tímida que seja, a partir de ação econômica dessa natureza: como imaginar uma esfera econômica autônoma, quando há total dependência de insumos materiais e técnicos gerados pelo monopólio e pelo latifúndio? Como conceber uma ordem na qual possamos cortar cabelo, aparar grama, produzir pão caseiro ou leite natural mutuamente, numa circularidade econômica viável? Como pensar em nos constituirmos num bloco hegemônico contra o latifúndio, contra o monopólio e contra o imperialismo a partir da ação solidária de pequenos e instáveis grupos isolados? (...) É preciso não desprezar o fato de que há mais de seis bilhões de bocas a serem alimentadas no globo, e não será com miniproduções que se poderá fazê-lo. (RIBAS, MACHADO, 2003, p. 28)

Em contraposição a esta questão, Santos e Rodríguez (2002), apontam que o fato das cooperativas serem geralmente pequenas e contarem com a participação ativa dos seus

cooperados, que são também proprietários, podem facilitar a especialização flexível exigida pelo capital atualmente. Isso se daria na medida em que esse tipo de empreendimento apresentaria mais mobilidade para se ajustar às alterações de demanda do mercado, e contaria com o envolvimento efetivo dos trabalhadores, além de sua possibilidade de integração em redes de cooperação econômica. Nesse sentido, podemos questionar se essa mobilidade não se torna fragilidade na medida em que esses empreendimentos normalmente contam com poucos recursos financeiros e especialização técnica, assim como o fato de uma gestão teoricamente mais participativa e democrática provocar entraves na administração das cooperativas.

Quanto às redes de cooperação econômica, autores como Pedrini, Prim e Santos (2004), afirmam que a consolidação dos empreendimentos solidários passa necessariamente pela existência de Redes de Economia Solidária que realizem ações conjuntas e confirmem a estes empreendimentos um novo potencial de expansão. Nesse sentido, para que se configure uma economia solidária, um mínimo de articulação e integração entre a produção, circulação e consumo se faz necessária. Mas isso ainda não se estabeleceu de fato, sendo que o que existe “são empreendimentos que, embora situados em várias dessas instâncias, não conseguem completar um circuito econômico solidário, mesmo que de modo incipiente” (VIEITEZ, NAKANO, 2003, p. 167).

Antunes (2003) aponta como um equívoco à compreensão de que os empreendimentos solidários teriam potencial transformador do sistema global do capital. Para este autor:

Como um mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua

versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital. (ANTUNES, 2003, p. 114)

A Economia Solidária, segundo a crítica acima referida, funcionaria para utilizar a expressão de Ribas e Machado (2003), como “par cartesiano indissociável do rotundo fiasco do capital” ao se inserir e precisar competir operando em uma economia de mercado, valendo-se do próprio veneno do capital com o objetivo estratégico de superá-lo. Nesse sentido, esses autores apontam para o que seria um caráter ideológico da Economia Solidária que contribuiria para a legitimação da ordem capitalista.

Desta forma, o cooperativismo popular apresenta fortes contradições que são inerentes ao seu modelo, pois depende da superação da lógica econômica capitalista para manter seus princípios solidários, o que se dá num contexto sócio-econômico que prima pelo lucro, pela exploração do trabalho, pelo individualismo etc.

Uma das questões que atravessam as práticas cooperativas é em que medida as mesmas estão conseguindo projetar uma transformação sistêmica em direção à superação do capitalismo ou têm sido apenas uma resposta à crise do trabalho que vivemos atualmente, funcionando como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores pobres e excluídos do mercado de trabalho formal.

Outra questão que suscita interesse nesses empreendimentos é compreender se os mesmos conseguem promover a ressignificação dos processos de trabalho por parte dos sujeitos neles inseridos. Nesse sentido, cabe discutir como a Psicologia histórico-cultural compreende a constituição dos sentidos e, a partir desses, concebe seu processo de ressignificação.

2. OS SENTIDOS DO TRABALHO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.

É difícil negar o tema da subjetividade em um momento histórico em que um maior conhecimento da natureza e do mundo evidencia, de forma cada vez mais clara nos diferentes campos da atividade humana (saúde, economia, educação, política), o enorme poder dos processos subjetivos. Em um mundo no qual um rumor ou uma especulação subjetiva causa impacto demolidor em uma economia – que, em sua versão globalizada, é cada vez mais sensível a movimentos subjetivos –, é difícil ignorar este momento dos processos humanos. (GONZALEZ REY, 2003, p. xi)

O reconhecimento da subjetividade nos diferentes campos da atividade humana, conforme ressaltado por Gonzalez Rey na epígrafe deste capítulo, chama a atenção para a importância que este tema vem assumindo na contemporaneidade. Essa importância se dá ao fazermos a necessária relação dessa categoria com problemáticas cada vez mais globalizadas como as profundas transformações nas relações de produção, nos processos de trabalho e hábitos de consumo, as quais são reguladas pela lógica de acumulação do modelo capitalista e acompanhadas das problemáticas sociais dele decorrentes.

A subjetividade a partir do referencial da Psicologia histórico-cultural, perspectiva escolhida para essa discussão, têm o *sentido* enquanto uma categoria central⁹. Esta última servirá então como base para compreender a dimensão subjetiva dos processos de trabalho para os sujeitos investigados nessa pesquisa.

Para compreender essa discussão é necessário inicialmente retomar alguns dos principais pressupostos da perspectiva teórica referida, que tem como seu precursor o russo L. S. Vygotski. Este parte da análise dos impasses da Psicologia de sua época, e coloca esta ciência em outras

bases no que diz respeito aos seus métodos e objeto de estudo. Este processo, segundo Gonzalez Rey (2003), indica uma ruptura epistemológica importante em relação às posições dominantes dentro da Psicologia do século XX. Esta ruptura vem legitimar outro nível de construção do pensamento psicológico, que, ao colocar a Psicologia em bases marxistas, busca superar a dicotomia dos modelos idealistas e mecanicistas dominantes até então. Tendo o materialismo histórico dialético como base, Vygotski vislumbra a simultaneidade na psique humana de dimensões como o social e o individual, o afetivo e o cognitivo, os quais historicamente haviam se apresentado como excludentes.

A Psicologia Histórico-Cultural legitima a relação inexorável entre sujeito e sociedade já anunciada por teóricos anteriores¹⁰, ao considerar o homem como um ser eminentemente social. Segundo Gonzalez Rey (2004), Vygotski estabelece a relação intrínseca e dialética entre a psique e o social, estabelecendo entre estas esferas uma relação de recursividade em que a psique ao mesmo tempo que é constituinte do social configura-se socialmente.

Vygotski também destaca a relação entre a atividade humana produtiva (transformadora) e o processo de desenvolvimento humano, o qual, segundo Pino (2000), traduz a passagem da ordem da natureza para a ordem da cultura. O conceito de atividade/ação¹¹ utilizado por Vygotski relaciona-se diretamente ao conceito de trabalho definido por Marx, em que o homem “põe em movimento as forças naturais de seu corpo (...), a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 1998, p. 211). Esta

⁹ A categoria sentido é discutida por várias perspectivas teóricas como a construcionista, a cognitivista e humanista, nas quais assume significados diferentes da perspectiva histórico-cultural. (Coutinho, et alli, 2005)

¹⁰ Após a revolução socialista ocorrida na URSS, ocorre um forte movimento para a construção de uma Psicologia fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, em que se destacam autores como Bekhterev com a reflexologia e Kornilov com a reactologia. (Zanella, 2001)

definição pressupõe somente o trabalho humano, pois a diferença fundamental entre a atividade humana e a atividade animal é que a primeira não é meramente instintiva, mas pode ser planejada de forma consciente, e tanto os instrumentos utilizados para realizá-la, quanto o seu produto resultante podem ser compartilhados socialmente.

A agregação da cultura à história humana marca o momento de ruptura no processo de desenvolvimento da humanidade, em que esta passa a transformar a natureza pelo trabalho, criando suas próprias condições de existência e, dessa forma, recriando-se a si mesma em uma dupla e simultânea transformação. As funções biológicas são então incorporadas à história humana, adquirindo nova forma de existência com a emergência da cultura.

O processo de transformação acima citado, é possível graças à utilização de instrumentos mediadores, os quais são criados coletivamente pelos seres humanos. Para Shuare (1990), os instrumentos se interpõem entre o sujeito e o objeto de sua atividade, sendo responsáveis pela constituição da cultura.

Os instrumentos mediadores podem ser de natureza física, produzidos para agir sobre a natureza, ou semiótica (signos), produzidos para possibilitar a comunicação e a representação da realidade (Pino, 2000). Vygotski dá destaque especial em sua obra para a mediação semiótica¹², compreendendo que esta tem o papel de estruturar a consciência humana, pois graças ao sistema de signos, especialmente o lingüístico, o homem pode nomear e pensar os objetos e suas experiências, assim como compartilhá-los com os demais (PINO, 1995).

Os signos são produções sociais que são generalizáveis na medida em que precisam ter sentido para o outro, assim como possuem um caráter de reversibilidade ao significar tanto para o sujeito emissor quanto para o sujeito espectador. “O signo opera no campo da consciência, no

¹¹ Em Vygotski é destacado o conceito de ação mediada e não de atividade. (Zanella, 2004)

¹² A função semiótica equivale ao desdobramento do real a sua forma simbólica. (PINO, 1995)

qual ser autor e espectador constituem atributos de uma mesma pessoa. É por isso que a palavra dirigida ao outro produz efeito também naquele que a pronuncia” (PINO, 2000, p. 59). Nesse processo, a atividade humana ocorre em uma dupla direção, visto que o sujeito ao transformar a realidade se objetiva e transformando-se a si mesmo se subjetiva.

O sujeito assume a condição de autor ao poder atribuir diversos sentidos ao socialmente estabelecido, ao manter, como diz Zanella (2004), uma relação marcada por movimentos de aceitação, oposição, confronto, indiferença, produzindo sempre novas e infinitas possibilidades de significação da cultura e das atividades sociais como um todo, marcando a passagem da psique natural para a psique histórico-social.

Na vasta obra de Vygotski, o tema subjetividade não aparece de forma explícita e, inicialmente, este autor utiliza o termo interiorização para referir-se à formação do psíquico a partir do social. Mas este termo traz implícito outra dicotomia e, segundo Gonzalez Rey (2003), o conceito de situação social de desenvolvimento cunhado por Vygotski nos ajuda a compreender melhor o processo ao qual o autor se referia. A partir deste conceito, “(...) as novas aquisições eram vistas como resultado da confrontação entre as condições internas do sujeito em desenvolvimento, ou seja, o sistema psicológico histórico do mesmo, e o caráter das novas influências surgidas nos diferentes momentos desse processo” (GONZALEZ REY, 2003, p. 79). Nessa perspectiva, a formação social da psique seria de um processo de produção e não de interiorização.

Já o conceito de sentido aparece especialmente na última parte da obra de Vygotski e, segundo Gonzalez Rey (2003), apesar da pouca atenção que tem recebido na interpretação dominante da obra deste autor no ocidente, é um elemento central para compreender os processos subjetivos a partir da perspectiva histórico-cultural.

Vygotski (1991) denomina o sentido como sendo todos os eventos psicológicos evocados em nossa consciência através da palavra. Desta forma, o sentido é sempre uma formação dinâmica, variável e complexa que tem zonas de estabilidade diferentes.

O significado é um componente indispensável da palavra, o qual é generalizável, portanto, compartilhado socialmente, caracterizando-se na zona mais estável do sentido, não sendo, no entanto, imutável. Há uma preponderância do sentido sobre o significado, pois em contextos diferentes o sentido da palavra muda, enquanto o significado seria um aspecto mais estável que permaneceria constante quando utilizado em contextos diferentes.

Segundo Gonzalez Rey (2004), Vygotski dá ênfase à instabilidade do sentido ao se referir a este como um momento processual, associado aos diferentes contextos de ação do sujeito.

El sentido de la palabra, dice Pauhlan, es un fenómeno complejo y móvil que, en cierta medida, cambia constantemente de unas conciencias a otras y de unas situaciones a otras para la misma conciencia. En este aspecto, el sentido de la palabra es ilimitado. (...) El verdadero sentido de cada palabra está determinado, en definitiva, por la abundancia de elementos existentes en la conciencia referidos a lo expresado por la palabra en cuestión. (...), todo lo cual quiere decir que nunca abarcamos el sentido completo de las cosas y, por consiguiente, tampoco el sentido completo de las palabras. La palabra es una fuente inagotable de nuevos problemas, su sentido nunca está acabado. En definitiva, el sentido de las palabras depende conjuntamente de la interpretación del mundo de cada cual y de la estructura interna de la personalidad. (Vygotski, 1991, p, 334)

A definição de sentido pode ser compreendida aqui como não restrita apenas à palavra enquanto unidade fonética. Para Gonzalez Rey (2004), na denominação de sentido feita por Vygotski, nada indica sua ocorrência apenas diante do uso da palavra e nem que não existam outras formas de subjetivação possíveis.

A produção de sentido individual tem sua gênese na experiência singular de um sujeito com uma situação concreta, em que “todo o comportamento nessa condição, representa um

processo de produção de sentidos, que definido dentro de um sistema de sentidos, atua sobre ele, produzindo novos sentidos.” (REY, 2004, p. 51)

Nesta perspectiva, o sentido define, segundo o autor acima referido, o que o sujeito experimenta psicologicamente na experiência de um evento atual, aparecendo assim como uma fonte essencial da subjetividade.

As criações humanas são produções de sentido, que expressam de forma singular os complexos processos da realidade nos quais o homem está envolvido, mas sem constituir um reflexo destes. Em outras palavras, esses processos são uma criação humana, os quais, integrando os diferentes aspectos do mundo em que o sujeito vive, aparecem em cada sujeito ou espaço social concreto de forma única, organizados em seu caráter subjetivo pela história de seus protagonistas. (GONZALEZ REY, 2003, p. xix)

Por fim, buscarei discutir nessa pesquisa como a vivência do trabalho cooperativo pode produzir significações que são apropriadas pelos sujeitos, dando origem a diferentes sentidos do trabalho, bem como investigar as possibilidades de ruptura com as formas tradicionais de organização do trabalho naturalizadas no modelo capitalista, que estas significações possam produzir. Na seqüência, segue a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para realização desse estudo.

3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa caracteriza-se enquanto um estudo qualitativo, definição esta que corresponde a uma opção teórico epistemológica na medida em que assume o caráter histórico-cultural do objeto de conhecimento, não limitando-se meramente ao nível instrumental. “A epistemologia qualitativa é um esforço na busca de formas diferentes de produção de conhecimento em Psicologia, que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana.” (GONZALEZ REY, 2002, p. 30)

A epistemologia qualitativa, segundo González Rey (2002), apoia-se em três princípios básicos, os quais trazem importantes conseqüências metodológicas. O primeiro deles diz respeito ao conhecimento enquanto uma produção construtiva-interpretativa, em que o pesquisador dá sentido às expressões dos sujeitos e do contexto estudado, construindo indicadores que auxiliem na análise, os quais não devem ser tomados de forma isolada. O segundo princípio refere-se ao caráter interativo do processo de construção de conhecimento, para o qual as relações pesquisador-pesquisando compõem uma dimensão essencial do mesmo. Nesse aspecto, se reconhece a participação ativa e não neutra do pesquisador no processo e valoriza-se todos os momentos de comunicação estabelecidas entre este e o pesquisando para a produção teórica. Por fim, o último princípio destaca a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento, em que a qualidade da expressão do sujeito singular expressa a riqueza do fenômeno subjetivo, marcado pelo contexto social mais amplo. Nessa perspectiva, o trabalho de campo pressupõe a participação espontânea e o contato interativo do pesquisador no curso cotidiano da vida dos sujeitos estudados.

Por partir da análise de um empreendimento específico, com a finalidade de compreender os chamados “empreendimentos solidários”, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, o qual compreende, segundo Gil (1991), um estudo mais profundo e exaustivo de poucos objetos de forma a permitir um conhecimento mais amplo e detalhado sobre o mesmo. A importância desse tipo de estudo se dá na medida em que o mesmo possibilita “(...) o acesso a uma fonte diferenciada que, de forma única, nos apresenta simultaneamente a constituição subjetiva da história própria (subjetividade individual) e uma forma não-repetível de subjetivação da realidade social que ao sujeito couber viver.” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 156) Assim, o valor do estudo de caso se dá por este privilegiar a qualidade em relação à quantidade no processo de construção teórica.

3.1 Sobre o processo de pesquisa.

O empreendimento estudado tratava-se de uma cooperativa de serviços gerais localizada na cidade de Chapecó – SC, que contava com 110 sócios, dos quais 26 estavam na atividade de varrição. Os demais sócios não desenvolviam nenhum trabalho vinculado a cooperativa na ocasião da pesquisa.

O contato com os cooperados iniciou antes da constituição legal da mesma e prolongou-se para além do término do trabalho de campo desta pesquisa. Desta forma, torna-se importante resgatar um pouco dessa história, a fim de compreender as relações estabelecidas com os trabalhadores pesquisados, bem como as implicações das mesmas para as discussões que seguem na análise.

Como já foi trazido na introdução, pude acompanhar todo o processo de constituição e início das atividades do empreendimento durante a realização de estágio curricular em Psicologia do Trabalho, no período de março a julho de 2003. Essa experiência, apesar de não ter tido um registro mais sistemático das informações, acabou trazendo muitos elementos que produziram significações e “iluminaram” o momento de análise dessa pesquisa. Isso também possibilitou uma aproximação com os trabalhadores pesquisados e com o seu cotidiano de trabalho, bem como facilitou meu retorno àquele espaço para o desenvolvimento deste estudo.

Uma questão que precisa ser destacada é que devido às atividades realizadas no período do estágio, anterior a esta pesquisa, muitos cooperados ainda me associavam a esse papel, por mais que ao retornar para a realização dessa pesquisa eu tivesse explicado que naquele momento estava ali com outra finalidade. Isso resultou que em muitos momentos em que eu estava na cooperativa para realizar o trabalho de campo, os cooperados me procurassem para pedir sugestões sobre o empreendimento, ou para me contar sobre dificuldades e novidades que ocorriam no mesmo.

Outra situação produzida por esse vínculo anterior com o empreendimento, foi que devido as atividades desenvolvidas no estágio ocorrerem de forma concomitante com o processo de capacitação em cooperativismo popular realizado pela prefeitura, momento em que os trabalhadores estavam ingressando na cooperativa, muitos sujeitos me associavam aos técnicos que ministravam tal capacitação. Isso emergiu em algumas falas presentes na análise, em que os entrevistados referiam-se a esses técnicos como “vocês”, ou seja, incluindo-me entre os mesmos.

Durante a atividade de campo da pesquisa, que ocorreu entre julho de 2004 e julho de 2005, realizei trinta visitas à cooperativa, as quais foram registradas em diário de campo. Estas envolveram a participação em duas assembléias gerais da mesma, duas atividades de capacitação

da ITCP e uma festa de confraternização de final de ano. As demais visitas ocorreram por conta das entrevistas, envolvendo o processo de marcá-las, realizá-las e fazer a devolução das mesmas.

Os cooperados não tinham um horário estabelecido para voltar da atividade de varrição e os grupos de varrição, compostos geralmente por cinco trabalhadores, iam retornando para a sede do empreendimento na medida em que terminavam o seu trabalho, o que se dava entre as 9:00h e as 11:00h da manhã. Ao voltarem para o “barraco”, como eles chamavam aquele espaço, eram comum ficarem reunidos tomando chimarrão e conversando até o horário do meio-dia. Desta forma, por diversas vezes durante as visitas para marcar ou realizar alguma entrevista, eu passava algumas horas ali com os trabalhadores, as quais eram ricas no sentido de observar as relações estabelecidas entre os mesmos. Assim, mesmo tendo realizado entrevistas com nove dos vinte e seis cooperados, foi possível ouvir nas falas registradas, a voz dos demais trabalhadores que traziam questões semelhantes durante esses momentos informais dos quais eu participava. Também contribuiu para que eu percebesse certas contradições entre o que era dito nas entrevistas e o que ocorria no grupo.

O critério de escolha dos participantes foi o de que os mesmos estivessem trabalhando na atividade de varrição há no mínimo seis meses, sendo que o convite foi feito para o coletivo de cooperados, durante uma reunião do empreendimento, e os interessados se disponibilizaram a participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no período de 29 de julho de 2004 a 21 de janeiro de 2005, como pode ser observado no quadro 1. Seis entrevistas ocorreram em uma sala da Secretaria de Assistência Social e Habitação da Prefeitura Municipal, a qual ficava ao lado da sede do empreendimento, duas entrevistas foram realizadas no espaço da cooperativa e uma na casa da entrevistada, totalizando nove, como já foi mencionado acima. As mesmas eram individuais e tiveram em média 1h30 de duração, tendo sido gravadas em fita k7, com a

autorização prévia dos sujeitos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1), sendo transcritas posteriormente. Cabe ressaltar que antes da realização das entrevistas, esta pesquisa passou pela avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC.

Quanto à devolução das entrevistas, estas foram feitas através da leitura com os cooperados do material transcrito e a realização de algumas perguntas ao final sobre questões que não estavam claras ou que precisavam ser complementadas, momentos também gravados em fita k7 e transcritos. Esse processo foi realizado no período de março a maio de 2005, e apenas com cinco cooperados, tendo em vista que dois já haviam se desligado da cooperativa e dois estavam afastados por problemas de saúde. As três primeiras entrevistas foram consideradas piloto e serviram para ajudar a montar o roteiro semi-estruturado utilizado para as demais (Apêndice 2). Zago (2003) destaca a importância do estudo piloto, no sentido de submeter o roteiro inicial à críticas e revisão necessária para o melhor andamento da pesquisa.

As entrevistas com roteiro semi-estruturado, segundo Triviños (1990), partem de questionamentos básicos derivados de questões e teorias que interessam à pesquisa, oferecendo em seguida um amplo campo de interrogativas, frutos de novas questões que vão surgindo na medida em que se recebem as respostas do entrevistado. “Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.” (Triviños, 1990, p. 146).

Remetendo-se ao processo de análise das informações registradas em diário de campo e obtidas nas entrevistas, este se deu com base na Análise de Conteúdo na perspectiva proposta na pesquisa qualitativa, apoiada na epistemologia qualitativa referida anteriormente.

A análise de conteúdo, pode ser orientada para a produção de indicadores sobre o material analisado que transcendam a codificação e o convertam em um processo construtivo interpretativo. Essa forma de análise de conteúdo é aberta, processual e construtiva e não pretende reduzir o conteúdo a categorias concretas restritivas. (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 146)

As categorias estabelecidas para análise das informações, que seguem descritas abaixo, fazem parte do processo de definição de indicadores, os quais não podem ser tomados de forma isolada ou estática, mas na sua inter-relação com o conjunto total de categorias, conforme afirma González Rey (2002). Assim, foram construídas três categorias gerais que são: sentidos do trabalho, sentidos do cooperativismo popular/Economia Solidária e outras. Dentro dessas categorias, foram estabelecidas doze categorias específicas, conforme segue.

1. SENTIDOS DO TRABALHO: essa categoria foi utilizada toda a vez que o sujeito se referia aos sentidos atribuídos ao trabalho e ao lugar de trabalhador.

Categorias específicas:

1.1 Trajetória de trabalho: utilizada quando o sujeito referia-se à sua história de trabalhador.

1.2 Condições de vida relacionadas ao trabalho: utilizada quando o sujeito relacionava trabalho e condições de vida.

1.3 Trabalho significando sofrimento, luta: utilizada quando o sujeito relacionava trabalho à sofrimento e luta.

1.4 Trabalho significando valorização pessoal, dignidade, respeito, sentir-se útil: utilizada quando o sujeito relacionava trabalho à dignidade, respeito e a ser útil.

1.5 Compreensão de trabalho e emprego: utilizada quando o sujeito trazia a compreensão de trabalho e de emprego.

1.6 As possibilidades ou não do sujeito se inserir na lógica do mercado de trabalho (idade, qualificação profissional, escolarização): utilizada quando o sujeito referia-se as dificuldades e/ou facilidades para se inserir no mercado de trabalho.

2. SENTIDOS DO COOPERATIVISMO POPULAR/ECONOMIA SOLIDÁRIA: essa categoria foi utilizada toda a vez que o sujeito se referia aos modos de trabalho e as relações estabelecidas no espaço da cooperativa.

Categorias específicas:

2.1 Ingresso na cooperativa: utilizada quando o sujeito contava sobre como se deu seu ingresso na cooperativa.

2.2 A relação entre cooperativa e mercado de trabalho: utilizada quando o sujeito destacava o ingresso na cooperativa como oportunidade de reingresso ao mercado de trabalho, assim como nos momentos em que diferenciava ou não esse espaço dos trabalhos nas empresas capitalistas.

2.3 Princípios da Economia Solidária: utilizada quando os princípios da Economia Solidária emergiam direta ou indiretamente na fala do sujeito.

2.4 O processo de capacitação em cooperativismo popular: utilizada quando o sujeito referia-se aos processos de capacitação realizados pela ITCP.

2.5 A organização do trabalho no espaço da cooperativa: utilizada quando o sujeito falava dos modos de trabalho no espaço da cooperativa.

2.6 O processo de gestão da cooperativa: utilizada quando o sujeito referia-se ao processo de gestão da cooperativa, assim como os atravessamentos político partidários e as intervenções da ITCP no mesmo.

3. OUTRAS CATEGORIAS: essa categoria foi utilizada toda a vez que emergiram falas pertinentes nas entrevistas, que não puderam ser classificadas nas categorias anteriormente dispostas.

Sobre as informações utilizadas no processo de análise, é importante ainda destacar que em função da cidade em que foi realizada a pesquisa ter cerca de 180 mil habitantes, era comum encontrar os cooperados na atividade de varrição ao circular pelas ruas do centro, mesmo após o encerramento do trabalho de campo. Assim, nesses encontros, os sujeitos traziam questões relativas à cooperativa, que acabaram compondo a análise, como por exemplo a informação sobre a constituição de uma empresa dentro da cooperativa, para a participação no novo processo de licitação para varrição das ruas.

A realização dessa pesquisa ocorreu em um período de grande transição da cooperativa, o qual culminou com o fim da mesma em dezembro de 2005. Entendo que esse contexto tornou o trabalho de campo e o próprio processo de análise mais complexo, na medida em que os rumos do empreendimento eram incertos, gerando um clima de expectativa entre os cooperados e muitas informações desencontradas que circulavam entre o grupo. Por outro lado, esse processo foi rico no sentido de observar possíveis atravessamentos em empreendimentos dessa natureza.

Por fim, a análise empreendida com base nas informações levantadas no trabalho de campo são apresentadas nos capítulos quatro e cinco, mas antes, será apresentada brevemente a história da constituição da cooperativa, a qual é importante para compreender alguns desdobramentos posteriores da mesma.

3.2 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Quadro 1 – caracterização dos cooperados entrevistados.

Nome*	Idade	Escolaridade	Atividades exercida antes de ingressar no empreendimento.	Data de realização da entrevista
Carlos	58	7ª série	Desempregado	21/12/2004
Isabel	42	7ª série	Desempregada	29/10/2004
Joana	33	Analfabeta	Desempregada	16/11/2004
Laura	37	5ª série	Desempregada	16/12/2004
Leonardo	43	5ª série	Entregador de verduras	12/11/2004
Lúcia	38	4ª série	Desempregada	29/07/2004
Maria	48	1ª série	Desempregada	20/08/2004
Pedro	40	5º série	Desempregado	05/11/2004
Rafaela (Presidente cooperativa)	38	Analfabeta	Trabalhadora doméstica	21/01/2005

* Os nomes utilizados para referir-se aos entrevistados são fictícios.

Isabel, 42 anos, nasceu no Rio Grande do Sul e veio morar em Chapecó há aproximadamente vinte anos. Ao falar de sua história de trabalhadora, disse que foi agricultora por muitos anos e que após um desentendimento com a família de seu atual ex-marido, largou tudo e veio para a cidade em busca de outro trabalho. Trabalhou inicialmente como doméstica e mais tarde conseguiu emprego na linha de produção de uma agroindústria onde ficou por oito anos. Falou que saiu deste emprego para receber os direitos trabalhistas e assim poder comprar

uma casa. Posteriormente, trabalhou na linha de produção de outra agroindústria por nove anos. Devido a problemas em um de seus braços, o que a fazia pegar atestados de saúde com muita frequência, e como seu marido estava empregado na época, ela mencionou que resolveu pedir demissão do frigorífico. Disse que esse foi o “azar de sua vida”, pois, na sequência, seu marido foi preso e ela ficou desempregada e sem renda para sustentar sua família. Foi quando ela ingressou na cooperativa, período em que mencionou que “estava numa pior”.

Leonardo, 43 anos, assim como Isabel, nasceu no Rio Grande do Sul. Ele relatou que como era o mais velho de oito irmãos, de criança trabalhava como engraxate para ajudar a mãe a sustentar a casa, porque, segundo ele, seu pai era alcoólatra e não ajudava a família. Leonardo exerceu diversas atividades, entre elas, agricultor, pedreiro, guarda noturno, operário de frigorífico e antes de entrar na cooperativa trabalhava como entregador de verduras. Uma das questões que destaca em sua trajetória de trabalho, é que após trabalhar quatro anos em um empresa entregando cimento nas construções, começou a ter problemas de saúde “daí fazia entrega nos prédios, subia escadaria com bolsaiadas nas costas, daí começou a dar problema de rim né, que é muito peso”. Apesar de estar trabalhando antes de entrar na cooperativa, disse que ganhava muito pouco e que estava passando por dificuldades financeiras.

Joana, 33 anos foi uma das entrevistadas que mais explicitou o sofrimento psicossocial devido ao desemprego. Ela falou que desde criança trabalhou na agricultura, atividade que exerce até hoje após o trabalho na cooperativa. No entanto, somente há pouco tempo conseguiu comprar sua própria terra, sendo que nessa trajetória ficou um tempo junto a um acampamento do MST. Após separar-se do marido, Joana precisou arranjar outro trabalho para sustentar os três filhos, e foi assim que começou a trabalhar como doméstica. No entanto, depois de um tempo ficou seriamente doente e acabou tendo que abandonar o emprego. Assim, antes de entrar na cooperativa ela estava desempregada. Uma questão que vale ressaltar é que como Joana mora no interior de Chapecó e sendo que o trabalho de varrição começa às 5:00h da manhã, ela precisa caminhar 15 quilômetros sozinha todas as madrugadas para trabalhar na cooperativa.

Rafaela, 38 anos, é a presidente da cooperativa desde que a mesma foi fundada. Ela disse que trabalhou desde os sete anos como empregada doméstica para a mesma família, sem no

entanto nunca ter sido registrada. Assim como Carlos, disse que precisou começar a trabalhar para ajudar a mãe a sustentar a família após a morte do pai. Seu ingresso na cooperativa se deu enquanto ela fazia um curso de encanador, sendo que relatou que procurava outro trabalho pois o que ganhava já não dava para sustentar os cinco filhos, o que a fazia depender sempre da assistência social da prefeitura. Rafaela era analfabeta quando entrou no empreendimento e hoje, através do EJA (Educação de Jovens e Adultos) aprendeu a ler e escrever, o que ela destaca como uma grande mudança em sua vida.

Lúcia, 38 anos, também teve várias experiências de trabalho. Começou ainda criança, com sete anos, ajudando os pais na agricultura. Também trabalhou de doméstica (diarista), e na linha de produção de um frigorífico. Falou que este tinha sido seu último trabalho antes de entrar na cooperativa, e que tinha sido demitida de lá por não fazer campanha para o candidato a vereador que seu chefe tinha pedido. Após perder o emprego, ela falou que ficou 13 anos desempregada e que nesse período sofreu muito, que ficou muito deprimida. A entrevista de Lúcia foi difícil porque ela chorou durante todo o tempo, especialmente ao falar de sua história de vida. Na cooperativa, Lúcia inicialmente era uma das pessoas mais próximas da presidente, pertencia ao conselho fiscal e ajudava bastante na gestão do empreendimento. No entanto, após desavenças entre ela e a presidente, acabou se afastando dessa atividade, e fazendo oposição a gestão do empreendimento junto aos demais cooperados.

Laura, 37 anos fez questão que a entrevista fosse em sua casa para que eu conhecesse a mesma. Nesta ocasião ela ficou um longo tempo me contando sobre as dificuldades que passou antes de entrar na cooperativa, em que falou emocionada que os filhos tinham passado fome e precisavam pedir esmola, sendo que por muito tempo ela sobreviveu com a ajuda da assistência social. Nesse sentido, disse que a maior mudança em sua vida foi poder colocar comida na mesa com o seu trabalho, “ter a honra de dizer assim óh, eu posso ajudar a pagar água, luz, rancho, agora a gente vai lá e faz o rancho, traz as coisa para as criança, não falta nada”. Ela relatou que desde os oito anos de idade trabalhou como babá, e que depois foi doméstica e telefonista e que ao entrar na cooperativa estava desempregada.

Pedro, 40 anos, foi agricultor por muito tempo. Depois da morte de seu filho, resolveu vender a terra e morar na cidade, sobre o que disse se arrependeu muito atualmente. Após vir para a cidade trabalhou na linha de produção de dois frigoríficos e quando ficou desempregado começou a trabalhar informalmente como pedreiro e posteriormente como vendedor. Uma das coisas que Pedro ressaltou diversas vezes em sua entrevista foi a grande concorrência que percebia no mercado de trabalho informal, o que segundo ele, provocava muita insegurança porque ele nunca sabia quando teria trabalho ou quanto ganharia ao final de cada mês. Pedro trouxe muito a insatisfação com a cooperativa, em que apontava ter medo do futuro da mesma e tecia várias críticas em relação a presidente. Logo após a entrevista, Pedro se desligou do empreendimento.

Carlos, 58 anos foi o entrevistado que trouxe mais diversidade de experiências profissionais, sendo que em função dos seus empregos morou em diversos lugares do país. Trabalhou na agricultura dos oito aos dezoito anos, e, segundo ele, sustentava sozinho os irmãos. Aos dezoito anos vendeu a terra e foi morar na cidade, período em que era músico e tocava bailes. Posteriormente trabalhou na construção de asfalto, como tratorista, na construção civil, em fábrica de calçados e na linha de produção de frigoríficos. Quando ingressou na cooperativa estava desempregado a cinco anos. Seu último trabalho havia sido em um frigorífico, o que segundo ele tinha ocasionado sua doença. Na ocasião da entrevista Carlos estava afastado da cooperativa devido a problemas de saúde. Esse entrevistado posteriormente entrou com uma ação trabalhista contra a cooperativa, desligando-se da mesma.

Maria, 48 anos, disse que a partir dos nove anos cuidou da casa e dos irmãos para a mãe trabalhar fora. Depois que casou, disse que cuidava de várias crianças em sua casa, para as mães pudessem trabalhar, e era assim que ela conseguia sua renda. Maria relata que depois de um período, já não tinham tantas crianças então ela passou a trabalhar como doméstica (diarista), mas relata que achava difícil essa profissão pela instabilidade da mesma. Antes de entrar na cooperativa, Maria estava desempregada e uma das coisas que ficou mais presente nessa entrevista, foi o medo que ela mostrou de voltar a esta condição, especialmente por alegar que com sua idade não conseguiria mais emprego.

4. OS SENTIDOS DO TRABALHO

Meu interesse em compreender os sentidos do trabalho para os sujeitos que faziam parte da cooperativa estudada partiu dos movimentos contraditórios observados neste espaço, que tinha como proposta ser alternativo aos modos de produção do sistema capitalista. As relações estabelecidas entre os cooperados, suas falas sobre o empreendimento, as formas como ingressavam e muitas vezes se desligavam do mesmo, levaram-me a questionar como aqueles trabalhadores significavam a proposta de um empreendimento pretensamente solidário, o qual, entre outras questões, implicava necessariamente em outros modos de relação com os demais trabalhadores e de cada um com o seu próprio trabalho.

Os desafios da proposta da organização cooperativa, iam muito além das esferas econômica e político administrativa, as quais por si só já traziam inúmeras contradições, travando-se também na esfera da subjetividade. Isso reafirma a necessidade de olhar para os processos de trabalho nesse espaço de forma a não fragmentá-los, compreendendo-os na complexidade do contexto e das relações sociais em que ocorriam. Desta forma, a partir do cotidiano de trabalho da cooperativa, procurei fazer esta análise levando em consideração as esferas acima citadas e tomando como referência a relação entre a emancipação social que, segundo Santos e Rodriguez (2002), está no centro da proposta dos sistemas alternativos de produção, e a desalienação do trabalho na perspectiva de Marx.

O conceito de emancipação social assume diferentes significados de acordo com o autor utilizado, como pode ser observado em Santos e Rodriguez (2002), Quijano (2002) e Marx (2004). No entanto, a questão da superação do modelo capitalista atravessa esse conceito nos diferentes autores, o que implicaria necessariamente em novos modos de relação da sociedade

com o trabalho humano. A partir dessa questão, compreendo que a emancipação social passaria necessariamente pela desalienação do trabalho, a qual pressupõe, entre outras coisas, a posse coletiva dos meios de produção, a produção cooperativa e o trabalho como possibilidade de auto-realização humana, em que se rompe com a fixação da atividade social, possibilitando a liberdade e a criatividade.

Ao olhar para a cooperativa estudada como uma forma de expressão dos sistemas alternativos de produção, em particular da Economia Solidária, é importante buscar reconhecer se e em que medida a organização do trabalho nesse espaço consegue romper com a ordem social instituída e promover a desalienação do trabalho e a emancipação social. Nesse sentido, para ajudar a compreender as possibilidades e limitações da proposta da Economia Solidária nesse empreendimento específico, é necessário olhar para as contradições desse processo em sua relação com o sistema capitalista como um todo, contexto em que os cooperados em questão se constituem enquanto sujeitos e em que o empreendimento precisa sobreviver.

4.1 Breve história sobre a constituição do empreendimento.

A cooperativa estudada nesta pesquisa localizava-se no centro da cidade de Chapecó, Santa Catarina, e foi fundada em março de 2003, a partir da iniciativa de uma Incubadora de Cooperativas Populares - ITCP, vinculada à administração municipal da referida cidade.

Essa Incubadora fazia parte de um programa que tinha como objetivo apoiar a constituição de cooperativas populares e associações pautadas nos princípios da economia

solidária, com vistas a promover a inclusão social e a geração de trabalho e renda¹³. O público alvo da ITCP era especialmente a população atendida por outros programas coordenados pela administração municipal como Renda Mínima, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Grupos de Mulheres e projetos habitacionais.

As atividades para constituição do empreendimento solidário com o grupo de sujeitos que viriam a compor o mesmo, começaram em fevereiro de 2003 com um curso de capacitação em cooperativismo popular. Esta era ministrada através de parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Prefeitura Municipal, tendo como objetivo promover a discussão dos princípios da Economia Solidária, os quais deveriam nortear os modos de trabalho na cooperativa em questão.

Do grupo de capacitação participavam cerca de cinquenta trabalhadores com diferentes idades (desde adolescente até idosos), baixa escolaridade e que tinham em comum a situação de estarem excluídos do mercado de trabalho formal, sendo que muitos não estavam exercendo nenhuma atividade remunerada na época. É importante ressaltar que havia uma grande rotatividade dos trabalhadores nesse momento da incubação.

Como o grupo era composto por pessoas com diferentes experiências profissionais (esta incluía trabalhos domésticos, serviço de carpintaria, linha de produção em frigorífico entre outras), e sem uma qualificação profissional comum, foi definido que o empreendimento se caracterizaria com uma cooperativa de serviços gerais.

A cooperativa se estruturou legalmente antes do final da referida capacitação, a fim de viabilizar sua participação em um processo de licitação para varrição das ruas do município. A participação da cooperativa no referido processo foi sugerida e organizada pela própria ITCP.

¹³ Os dados sobre o Programa foram obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura do município de Chapecó, nos documentos Decreto Lei nº10.313 de 12/03/02 e Projeto

Após vencer a licitação e assumir as atividades de varrição, a ITCP retomou a capacitação com os então cooperados, junto com as demais atividades que faziam parte da proposta de incubação do empreendimento. Na atividade de varrição trabalhavam na ocasião 26 cooperados, mas a cooperativa contava com cerca de 60 sócios. Já no período da pesquisa este número havia aumentado para 110.

4.2 O trabalho enquanto forma de subsistência.

Uma das características do trabalho no capitalismo é que ele deixa de aparecer como fim em si, como possibilidade de auto-realização humana, transformando a atividade vital do homem, “o seu ser, em simples meio da sua existência” (MARX, 2004, p. 116). Nesse sistema, ocorre uma escravização do trabalho na medida em que o próprio trabalhador se transforma em um capital vivo “(...) e conseqüentemente, com necessidades, que em cada momento em que não trabalha perde os seus juros e, portanto, a existência” (MARX, 2004, p. 120). Um dos cooperados entrevistados expressa bem essa relação estabelecida com o trabalho quando diz:

Trabalho já o próprio nome diz né, é coisa de esforço, o trabalho eu acredito que é uma sentença para o homem cumprir né. Ele vai ter que cumprir, ele vai ter que dar conta, é claro, é o termo homem né, mas é o homem e a mulher, é uma coisa que temos que desempenhar, é um desafio, para mim é um desafio o trabalho, e eu tenho que aceitar dentro de mim, eu tenho que aceitar ele queira ou não queira, é um desafio, mas é dele que eu busco o meu sustento né, é dele

que eu pago minhas dívidas, que eu vou no lazer, é através dele que eu tenho tudo, mas ele para mim é um inimigo (...). (Cooperado Pedro)

Ao compreender o trabalho como um inimigo, uma sentença, compreendo que Pedro expressava a escravização do trabalho e a alienação das suas possibilidades humanas por meio dele. O trabalho torna-se então, uma forma de garantir a subsistência, sentido atribuído também por outros seis entrevistados.

Trabalho em primeiro lugar é para levar alimento para casa, porque se não levar alimento para casa não vale trabalhar, não precisava trabalhar daí. (Cooperado Leonardo)

Trabalho (...), é ajuda financeira, se você não tiver um trabalho você está falido hoje, não tem nem como tu viver, e tendo um trabalho tu já tem um pouquinho mais de jeito de tu viver, não quer dizer que você vai ficar rico mas pelo menos você vai viver. (Cooperada Joana)

Essas expressões vão ao encontro do que afirma Marx (2004), de que no sistema capitalista, as necessidades do trabalhador são reduzidas à manutenção indispensável de sua vida física. O trabalho é visto então como essencial, na medida em que se transforma em dinheiro, “A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico, e é a única necessidade que ele produz.” (MARX, 2004, p. 149)

(...) porque muitos eles não dão valor para o trabalho né, mas nós damos valor de verdade, foi assim que nós temos salário fixo no final do mês, que recebemos um dinheirinho para fazer o que queremos (...). (Cooperada Maria)

Olha o trabalho para eu me representa tudo porque se eu trabalhar eu tenho como ter o meu dinheirinho para comprar as coisa, a hora que precisar comer qualquer coisa, que eu tenho vontade de comer, qualquer coisa eu vou lá eu compro e como, eu tenho do meu dinheiro, eu trabalhei né, e se eu não tivesse dinheiro eu ia ficar olhando e passar vontade ou ver os outros comendo e não poder comer, e daí eu posso dar assistência para os filhos da gente né, se precisa comprar um chinelo tu compra, se precisar comprar um caderno, livro para o colégio tu compra, tudo que tu quiser se tu tiver dinheiro tu tem alcance de comprar né, e se tu tiver trabalhando tu tem crédito também né, nos mercados, nas lojas. (Cooperado Carlos)

O trabalho com o sentido de subsistência, emerge em outras pesquisas¹⁴, demonstrando ser uma expressão dos modos de produção do sistema capitalista. Coutinho, Tolfo e Fernandes (2005), ao observar essa questão na fala de ex-trabalhadores de empresas privatizadas destacam:

A associação entre trabalho e remuneração revela concepções de trabalho assalariado ou de emprego, forma que tradicionalmente o trabalho assumia na sociedade industrial. Desta forma pode-se pensar que mesmo diante de mudanças nas formas de trabalho, possivelmente associadas a transformações nas significações coletivas, os sentidos pessoais ainda estão predominantemente relacionados com as formas tradicionais de trabalho no capitalismo. (COUTINHO, TOLFO, FERNANDES, 2005, p. 9)

Compreendo que esse sentido do trabalho era reafirmado na forma como os trabalhadores ingressavam na cooperativa, em que o estímulo inicial era exclusivamente econômico. Assim, o público alvo definido pela ITCP era formado especialmente pelas famílias

¹⁴ Como exemplo dessas pesquisas ver Coutinho, Tolfo, e Fernandes (2005).

atendidas por programas sociais do governo municipal. O cooperado Carlos, ao contar sobre como entrou no empreendimento diz:

No começo eu pegava cesta básica para me alimentar e dar comida para os meus filhos, pegava uma cesta básica por semana, mas passava bravo, porque o que é uma cesta básica, não dá para uma semana. Depois me colocaram no renda mínima, daí quando estava no final eu já tinha começado aqui, daí começou a reunião aqui dessa cooperativa, fazer curso e coisarada né, daí na primeira reunião eu não fiquei, não sabia né, mas na segunda reunião já comecei, daí fui encaminhado para cá e comecei a fazer esses cursos ali. (Cooperado Carlos)

Como no caso acima, cinco entrevistados disseram que seu ingresso na cooperativa se deu através da orientação de alguma assistente social da prefeitura, ao receberem ou buscarem receber auxílio financeiro. Segundo depoimentos de técnicos da prefeitura, existia uma preocupação desta com que as famílias atendidas pelos programas sociais pudessem atingir sua autonomia financeira, antes de saírem dos mesmos, o que se dava no prazo de um a dois anos. A participação nos empreendimentos era, então, muitas vezes colocada por esses técnicos, ou mesmo compreendida pelos cooperados como uma espécie de contrapartida pelo benefício recebido.

Posteriormente, os próprios cooperados começaram a convidar outros sujeitos para participarem da cooperativa, o que emergiu na fala de quatro entrevistados. No entanto, o motivo que predominava nesse ingresso continuava sendo a busca pela renda. No período em que foi realizada a pesquisa, a procura dos trabalhadores para ingressar no empreendimento era grande e, segundo fala da presidente, havia cerca de 120 pessoas aguardando em uma lista de espera.

Esse “efeito irradiador” do empreendimento solidário, ou seja, essa procura para ingresso no mesmo, ocorre, segundo Pires e Carvalho (2004), quando este atinge certo sucesso na geração de trabalho e renda. Mas cabe avaliar, como diz Gaiger (2004), até que ponto esse “êxito” dos empreendimentos está associado ao efeito positivo do caráter autogestionário e cooperativo incorporado pelos mesmos ou se dá apenas por ser uma forma dos trabalhadores fugirem do desemprego. Essa questão pode ser observada na fala de uma das entrevistadas sobre o início das atividades da cooperativa, quando esta diz:

Sabe que foi meio difícil juntar as pessoas para trabalhar, porque não queriam, queriam esperar serviço melhor. Daí quando viram que nós estávamos trabalhando e ganhando nosso dinheirinho, daí eles queriam, e daí as vagas estavam preenchidas. (Cooperada Maria).

Compreendo que romper com essa forma de significar o trabalho apenas enquanto meio de subsistência é fundamental para a sobrevivência dos empreendimentos cooperativos. Gaiger (2004), ressalta que estes tendem a retroceder ou mesmo a se extinguir sempre que estiverem unicamente movidos pela mera necessidade econômica, devendo-se buscar o equilíbrio entre atender essas necessidades e os fatores subjetivos relacionados às convicções e ideais dos trabalhadores, a fim de que os mesmos rejeitem as soluções habituais para o desemprego e o trabalho precarizado.

Dos relatos e experiências que venceram as primeiras provas, depreende-se ademais que a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções (que cedo ou tarde terminam reaparecendo e atenuando as pressões negativas), passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo ou, vindo por outro ângulo, não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos.” (GAIGER, 2004, p. 379)

Essa reafirmação pelo empreendimento solidário a que se refere o autor acima, torna-se mais complexa na medida em que observamos que os cooperados, de uma forma geral, não possuíam nenhuma experiência anterior de trabalho cooperativo. Entre os trabalhadores entrevistados, apenas um relatou já ter tido contato com uma forma de organização do trabalho semelhante a que a cooperativa se propunha.

(...) em Campo Erê eu trabalhei no acampamento dos Sem Terra que eles falam né, e nós ficamos lá, daí eu trabalhava no fumo com o meu pai, e como nós não tínhamos terra eu tentei ganhar a terra, até tinha uma associação, tipo uma cooperativa, dentro dos sem-terra mesmo né, que lá a gente trabalhava assim em grupos né, que daí eu ia na roça, e ia um de cada família né, colher, limpar sabe, todos juntos, tinha um monte de lenha pra picar, daí cada família picava e se dividia, quando vinha o produto também, dividia entre todas as família que tinham plantado né.(Cooperada Joana)

As dificuldades acarretadas por esta forma de inserção no empreendimento, motivada especialmente pela necessidade econômica, é que por não conhecerem e não terem experiências anteriores em trabalhos de cunho mais cooperativo, os trabalhadores não entravam comprometidos e implicados com os princípios que deveriam reger os modos de trabalho nesse espaço. Isso era reforçado pelo fato do empreendimento em questão possuir uma proposta de organização do trabalho em parte já delineada pela ITCP, da qual os cooperados não participaram do processo de construção.

Icaza e Asseburg (2004), trazem uma problematização importante sobre a promoção de assessorias que orientam a prática dos empreendimentos solidários, no sentido de que estas acabam suprimindo as dificuldades de organização dos mesmos e fazendo todo o trabalho de

articulação das cooperativas. Nesse sentido, a lógica das entidades que prestam assessoria não podem perder de vista a “(...) interação entre o projeto dos agentes organizadores dos empreendimentos – movido por um projeto próprio compartilhado por outros ativistas – e os valores e interesses específicos que movem os participantes dos grupos.” (CORAGGIO apud ICAZA E ASSEBURG 2004, p. 32)

Entendo que no caso do empreendimento estudado, isso resultou em uma dificuldade dos cooperados na compreensão da proposta de trabalho da cooperativa, bem como no estabelecimento de uma relação clientelista de alguns trabalhadores com a entidade proponente do projeto.

(...) só que tem gente ali no meio de nós que eu acho que eles não entenderam, eles não entende porque hoje um homem ainda pediu para nós que se ele pegasse atestado a prefeitura pagava ele, nós não somos funcionário da prefeitura, eu respondi para ele. (Cooperada Isabel)

As vezes dizem “tu é a proprietária”, aí me colocam no sindicato, por isso me chamam pro pau, mas não sou eu, é o grupo inteiro, não entendem que a cooperativa é nossa. (Presidente da cooperativa durante atividade da ITCP)

Em muitos momentos da pesquisa foi possível perceber que os cooperados não conseguiam distinguir o tipo de vínculo de trabalho que tinham com a cooperativa e nem o seu papel nesta, como pode ser observado no que aponta a cooperada Isabel, sendo que vários trabalhadores se referiam a sua atividade neste espaço como um emprego. Nesse sentido, eram recorrentes os casos de cooperados que entravam com processos na justiça do trabalho alegando vínculo empregatício com a cooperativa.

As questões acima apontadas vem reafirmar a tese de que os processos de transformação econômica, ainda que sejam uma parte essencial dos “empreendimentos solidários”, na medida em que viabilizam o incentivo financeiro para a participação dos trabalhadores, não podem ser o único objetivo destes. Isso porque “(...) a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de o manter dependem igualmente das dinâmicas não-econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. – associadas à atividade de produção.” (SANTOS, RODRÍGUEZ, 2002, p. 64)

Apesar do sentido do trabalho enquanto forma de subsistência aparecer de modo recorrente nas falas dos cooperados, também emergiram outras maneiras de significação do mesmo, as quais precisam ser analisadas em sua relação com o contexto social mais amplo.

4.3 O trabalho enquanto forma de reconhecimento ou desvalorização social.

O trabalhador no sistema capitalista, enquanto capital vivo, tem o valor de sua força de trabalho regulado segundo determinadas leis, como a tríplice concorrência (trabalhador contra capitalista, capitalista contra capitalista e trabalhador contra trabalhador). Nesse contexto, “A produção não produz somente o homem como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem sob a forma de mercadoria; de acordo com tal situação, produz ainda a ele como um ser espiritual e fisicamente desumanizado.” (MARX, 2004, p. 124). Nesse sistema, o sentido da existência do homem fica estreitamente vinculado a um determinado modo de ser trabalhador. Desta forma, o não reconhecimento por essa condição, em função do desemprego ou de trabalhos precarizados, coloca o trabalhador em uma condição de desqualificação social.

Eu me sinto feliz né, pelo menos eu sou outra pessoa, quando eu entrei na cooperativa eu nem falava quase com as mulheres ali, eu me sentia ninguém, eu já tinha aprendido outro jeito de viver né, eu pensava que eu não era ninguém, eu não tinha dinheiro eu não tinha nada, eu era nada. Daí quando eu comecei a pensar puxa, hoje eu faço parte da Cooperativa né, é uma cooperativa, eu já estou sendo alguém, daí eu comecei a brincar com as mulheres né, daí eu comecei a voltar, a voltar a auto-estima, porque eu já não tinha mais nada (...) (Cooperada Joana)

Ao afirmar que se sentia “ninguém”, que antes de entrar na cooperativa “não tinha nada, não era nada”, Joana expressa o sentido de desumanização, pelo não reconhecimento de sua condição de trabalhadora e o sofrimento psicossocial acarretado por esta condição. Nesse caso, o sentido de negação da humanidade pela condição de desemprego é assumido pelo próprio sujeito. Assim, na medida em que ela reingressa ao mercado de trabalho por meio da cooperativa, volta a ser “alguém” e resgata sua auto-estima.

Nas pesquisas realizadas por Sawaia (2004), esta aponta que um dos sofrimentos mais verbalizados pelos trabalhadores é aquele “(...) gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte o seu potencial humano (por causa da pobreza ou em virtude da natureza restritiva das circunstâncias em que vive).” (SAWAIA, 2004, p. 109). Esse sofrimento também emerge nas falas dos cooperados.

(...) porque se a pessoa não tem trabalho, mesmo que os outros não desvalorizem, mas ele se desvaloriza, se sente sem valor, (Cooperado Pedro)

(...) então foi bem sofrido no começo, de chegar nos lugares, não tem auto-estima, porque se tu chegar num lugar e tu não ter trabalho, tu é desprezada (...). Trabalho para eu é dignidade, é respeito (...), e é dignidade porque tem muitas pessoas que nem olham na tua cara porque tem vergonha porque não tem um trabalho, tão passando fome (...) (cooperada Joana)

Nesse contexto, o reconhecimento da condição de trabalhador, como pode ser observado na fala da cooperada Joana, assume o sentido de dignidade e respeito, na medida em que gera reconhecimento social. Assim, o reingresso ao mercado de trabalho por meio da cooperativa, é destacado como uma oportunidade de mudança de vida.

Em suas histórias de trabalhadores, todos os cooperados entrevistados trazem experiências de vida marcadas pelo sofrimento psicossocial devido as precárias condições materiais de vida, em decorrência do desemprego ou de trabalhos precarizados.

(...) agora a gente vai lá e faz o rancho, traz as coisa para as criança, não falta nada, o João também se sente bem agora, sabe que não precisa pedir, passar vergonha sabe, porque eles passavam vergonha né, eles ganhavam as coisas, mas eram humilhado pelos amigos né, eles cansavam de chegar e dizer que chamavam eles de esmoleiros, disso, daquilo né Márcia. (chora)
(Cooperada Laura)

(...) porque o que é mais triste na minha vida, é um filho pedir um pedaço de pão, um prato de comida e não ter para dar, e na minha vida aconteceu isso e hoje nossa, nunca mais vai acontecer isso, para acontecer de novo essas partes tristes na vida da gente só se eu morrer, porque eu vou lutar até o fim. (Presidente da cooperativa)

Sete cooperados entrevistados disseram estar desempregados antes de ingressarem na cooperativa e os dois que estavam empregados trouxeram que passavam por sérias dificuldades financeiras e procuravam outro trabalho, pois seus ganhos não eram suficientes para sustentar suas famílias.

Na minha vida eu passei até fome, e antes da cooperativa que nem eu te falei, ganhava setenta reais né, e se não ganhasse comida das assistentes sociais, mesmo na penitenciária ou mesmo na Cruz Vermelha, não tinha nada, não estaria aqui hoje (...), principalmente eu que meu marido foi sentenciado, ele foi preso e eu fiquei com quatro meninas e grávida. (Rafaela, Presidente da cooperativa)

Singer (2002) aponta para as dificuldades dos trabalhadores que têm histórias extremas de pobreza, significarem os novos modos de trabalho propostos pelas cooperativas, os quais pressupõem relações igualitárias e democráticas. “A alteração de situação e de status requer um verdadeiro processo de aprendizagem do novo papel e das oportunidades e responsabilidades que a condição de proprietário da empresa implica”. (SINGER, 2002, p. 65)

Outra questão relevante é que a “sombra” das recentes experiências de desemprego e trabalhos precarizados, bem como do sofrimento psicossocial acarretado pelas mesmas, influenciam nas relações estabelecidas com o lugar de trabalhador na cooperativa, em que o medo de voltar a situação de desemprego é destacado por diversos cooperados. Esse medo deve-se também a eminente possibilidade de dissolução da cooperativa, a qual será discutida posteriormente.

(...) e assim vai a Coopervida né, quando dizem assim que ela vai terminar, acho que o mundo cai pra mim né, porque tu vê, a situação que eu estava e a gente pode ficar de novo né, não é fácil né. (Cooperada Laura)

Deus me livre aqueles dia ali que estava aquele processo ali, ou renovava ou não renovava o contrato, eu já estava preocupada, porque é uma coisa assim, não assim por eu não trabalhar, eu trabalho em qualquer serviço que me der, só que não está fácil serviço, de dizer eu vou sair aí e arrumar um serviço (...) (Cooperada Isabel)

No atual cenário em que temos a redução dos empregos devido à crise econômica, e a extinção de postos de trabalho gerada pela reestruturação produtiva, o trabalhador, segundo Furtado (2003), vive em uma situação de tensão que desorganiza sua vida e de sua família. Quem mantém o emprego vive a ameaça de perdê-lo e o trabalhador desempregado, o medo de não se reinserir novamente no mercado.

O sentido de desqualificação social pela exclusão do mercado de trabalho formal é muito acentuado na medida em que esses sujeitos não distinguem trabalho de emprego, e na ausência deste não se reconhecem enquanto trabalhadores. No caso dos trabalhadores entrevistados, apenas dois mostraram compreender diferentemente trabalho de emprego, reconhecendo o trabalho somente na forma de trabalho assalariado. Um exemplo dessa forma de compreensão pode ser observado na fala da cooperada Isabel, em que esta aponta que “todos os trabalhos são iguais”, demonstrando não diferenciar a atividade na cooperativa dos demais trabalhos remunerados.

*(...) que é o que a gente precisa é de serviço né, que se não tem serviço a gente não pode né, tendo serviço, não é pela varrição nós se precisar de sair daqui da varrição e ir lá para pintura eu na minha mente eu vou, é como eu disse né, desde que esteja trabalhando tudo é emprego.
(Cooperada Isabel)*

A situação de estar excluído do mercado de trabalho formal ou da possibilidade de o vir a ser, segundo Furtado (2003), é agravada pela produção ideológica do capitalismo que tende a culpabilizar o sujeito individualmente por esta condição. O que está implicado nessa condição vai além da preocupação com a renda e com a subsistência, envolvendo o sentido de estar desempregado.

(...) porque até para ela se relacionar com as pessoas fica ruim, é triste essa parte, até quando a gente vê um amigo bem de vida a gente fica constrangido, já me aconteceu, eu me senti discriminado por que a gente sente lá dentro né, a gente pensa assim puxa, mas porque que eu estou assim, me sentia triste, chocado, mas não tinha nada a ver mas eu sentia assim, e tem gente que conforme a pessoa, conforme a natureza entra em depressão mesmo, começa a ficar jururu, abatido, começa a se alimentar pouco, começa a dormir pouco, porque ele leva tanto para aquele lado ao invés de dizer não, amanhã eu estou trabalhando (...) (Cooperado Pedro)

O próprio Ministério da Saúde, em seu manual de procedimentos, constata a importância que as pessoas atribuem ao trabalho, tanto como fonte de subsistência quanto de reconhecimento social, o desemprego ou ameaça deste geram sofrimento psíquico na medida em que põe em risco a própria existência do trabalhador. “Ao mesmo tempo, abala o valor subjetivo que a pessoa se atribui, gerando sentimentos de menos-valia, angústia, insegurança, desânimo e desespero,

caracterizando quadros ansiosos e depressivos”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE apud COUTINHO e JACQUES, 2004, p. 162)

A culpabilização individual pela condição de desemprego envolve a naturalização das condições adversas impostas pelo mercado de trabalho, produzidas por discursos como o da qualificação profissional, da escolarização e da competitividade. Essas condições foram trazidas pelos cooperados quando estes se referiam às dificuldades que vivenciavam na busca por emprego.

“Daí agora que abriu essa porta aí, que eu digo sempre quando eu converso com as minha colegas que isso aí foi mandado de Deus porque a gente na idade que a gente está a gente pode virar que não encontra mais trabalho. Passou dos quarenta, tu pode virar que tu não acha. Tu é obrigado a morrer de fome né, porque não dão serviço assim. A não ser por dia, alguém que precisa né, que pega uma coisa que não é para ter carteira assinada, pega um dia, sem compromisso” (Cooperada Maria)

“Mas eu voltaria para o frigorífico, só que eles não me pegam por causa da idade né, e hoje em dia a pessoa até os 37, 38 anos eles seguram, depois eles mandam embora, porque a pessoa que já está com uma idade começa a aparecer problemas porque em frigorífico dá muito frio, muita “molhança”, afeta o corpo da pessoa né, dá muita doença na pessoa, tanto na pele quanto nas juntas, reumatismo.” (Cooperado Carlos)

Nas falas acima, os entrevistados destacam que a idade e a doença tornaram-se fatores de impedimento para reingressarem ao mercado de trabalho. Antunes (2003) destaca como uma das tendências do atual mercado de trabalho, a imensa exclusão de jovens e “velhos” (no sentido

que o capital destrutivo assume). Isso leva os trabalhadores com mais de quarenta anos a ter que realizar trabalhos informais, parciais, ou como nos casos acima citados, a ficarem desempregados. Nesse sentido é importante ressaltar que grande parte dos cooperados tinham mais de quarenta anos.

Uma das questões que merece ser destacada das falas acima é a referência que o cooperado Carlos faz ao trabalho nos frigoríficos. Estes, segundo o entrevistado, demitem os trabalhadores depois de determinada idade, em função dos problemas de saúde adquiridos pela exposição às condições de trabalho naquele local. Em outros momentos da entrevista, o mesmo falou que também estava com problemas de saúde, os quais associava aos anos que trabalhou nesse espaço. No entanto, o cooperado fala dessa situação de forma naturalizada, ressaltando que só não voltava a trabalhar lá porque não tinha mais chance de ser contratado, apontando para a “segurança” que aquele trabalho formal lhe proporcionava, apesar das condições adversas.

A relação entre escolarização e mercado de trabalho foi outra questão que emergiu nas falas dos cooperados, sendo importante destacar que no geral, estes tinham baixo nível de escolaridade, incluindo vários analfabetos. As falas trazidas reproduziam o discurso da promessa da empregabilidade através da escolarização.

*(...) porque que nem eu me criei sem estudo, sem nada, comecei a estudar depois de grande, que aprendi um pouquinho, mas muito pouco. **Eu queria ser alguém na vida, queria ter estudo, poder enfrentar as coisas melhor, para não ter que me arreentar em serviço pesado** ou que a gente não tem condições quase de agüentar e agora tem que trabalhar né, que a gente não teve estudo, foi burro, os pais não deram bola para gente. (Cooperado Carlos)*

Gentili (1998) discute a atribuição de uma função econômica à escolaridade, em que esta forma para o emprego, discurso que não desvela a lógica do atual modelo econômico em que o desemprego torna-se algo intrínseco, aumentando independente do crescimento da economia. Então, segundo esse autor, a escola tem assumido o papel da educação na formação para o desemprego, na medida em que não resolve o problema do número de vagas de trabalho, regulado pela economia.

Na fala do cooperado Carlos, este atribuía à escolarização a possibilidade de “ser alguém na vida”, destacando que por não ter estudado tinha que se submeter a trabalhos pesados. Nesse sentido, o estudo ainda é considerado um grande legado que os pais podem deixar para os filhos, na medida em que para os que não estudam só restam os trabalhos precarizados. Vários cooperados colocaram a preocupação em oportunizar aos seus filhos a escolarização que eles não tiveram, no sentido de garantir a esses melhores condições de trabalho e de vida.

(...) através dessa cooperativa, quero dar faculdade para os meus dois piás que eu não consegui dar para a menina porque acabou casando cedo né, mas para os piás pelo menos, o estudo que eu não tive. Se Deus me ajudar e essa cooperativa não falir, eu quero lutar para eu dar para os meus filhos né, (...) então eu sonho né. (Cooperada Joana)

Alguns entrevistados também destacaram que pretendiam continuar estudando para conseguir um trabalho melhor ou mais valorizado socialmente do que o trabalho de varrição.

(...) eu vou continuar a estudar, eu não tenho idéia assim de ir lá para uma sala de aula e ser professora, mas eu não quero ficar varrendo rua, eu quero um serviço assim mais leve assim, não nas rua aí (...) (Cooperada Isabel)

A competitividade e a instabilidade a que o trabalhador fica submetido no mercado de trabalho informal foi outra problemática destacada pelos cooperados.

*(...) quando a pessoa está trabalhando informal ele não tem certeza, trabalhando sem carteira assinada, ele não sabe o que vai acontecer amanhã. Já aconteceu quando eu estava trabalhando, fazia o orçamento, **quando eu ia para fazer tinha outro fazendo, cobrava mais barato do que eu. Então essa é a chamada concorrência, então é uma coisa que você não tem segurança, não dá para comprar nada, não dá para você fazer uma dívida, você não tem segurança, tu não sabe o que vai dar, (...)** (Cooperado Pedro)*

Em relação ao discurso da competitividade no capitalismo, este apóia-se na idéia de liberdade do liberalismo, a qual “(...) passa a ser uma qualidade absolutamente individual e “espiritual”, não tendo mais nada a ver com o dia-a-dia das pessoas ou com seus direitos humanos básicos ao trabalho, à moradia, à educação etc. É quase que uma espécie de “liberdade de espírito” (GUARESCHI, 2004, p. 144). Nesse sentido, a competitividade é naturalizada e se perde a noção de que ela só existe na medida em que houver diferenças sociais em que alguns são privilegiados em detrimento de muitos outros “(...) para que sejam estabelecidos parâmetros de oposição que vão forçar as pessoas, na competição, a ter de lutar para não serem rejeitadas e excluídas.” (GUARESCHI, 2004, p. 146).

A desvalorização social do trabalhador desempregado ou em trabalhos precarizados, a culpabilização individual, o sofrimento psicossocial gerado por essa condição, bem como as adversidades para se inserir e se manter no mercado de trabalho, levavam os cooperados a significarem o trabalho como forma de reconhecimento social e valorização pessoal, discurso que

remete também para a apologia ao trabalho na sociedade capitalista. Essa questão emergia quando os trabalhadores falavam do ingresso na cooperativa e, portanto, sua reinserção no mercado de trabalho.

*Trabalho pra eu significa uma honra trabalhar numa coisa, **porque sem trabalhar menina do céu a gente tem o nome de tantas coisas**, e se você tiver um trabalho, seja ele qual for, as pessoas ao menos vão dizer, ela trabalha, trabalha lá em tal lugar. Trabalho para eu é dignidade, é respeito (Cooperada Joana)*

*(...) então é isso, a cooperativa na minha vida hoje é tudo, é um nome que eu tenho a mais além do meu, eu tenho mais respeito, mais dignidade, eu posso sair de cabeça erguida porque hoje eu tenho conta no BESC, no Banco do Brasil. (...) **Mudou a respeito das pessoas**, hoje todo mundo me cumprimenta, dizem aquela trabalha na cidade, na cooperativa. (Cooperada Joana)*

As falas acima apontam para o significado que o trabalho assume no capitalismo, em que há uma valorização extremada do mesmo que é visto como virtude humana, designo divino, obrigação moral. Nesse contexto, o ócio torna-se motivo de vergonha e desprezo, forçando o trabalhador desempregado a sentir-se humilhado e culpado. Segundo Weber (2004), essa percepção do trabalho é decisiva para a construção da racionalidade capitalista ocidental moderna

[...] ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver é, cima de tudo, completamente isento de qualquer mistura eudonista, para não dizer hedonista; é pensado tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou da utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e completamente irracional. O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. (Weber, 2004, p. 41)

A valorização social através do trabalho aparece em muitos momentos relacionada com a melhoria nas condições materiais de vida. Assim, ao responder a pergunta sobre se algo havia mudado em sua vida após o ingresso na cooperativa, os cooperados destacavam o acesso ao alimento, a possibilidade de planejamento financeiro, as melhores condições de moradia e o consumo de bens que até então eram inacessíveis.

Então nessa parte ali o estímulo começou a aumentar, começou a melhorar, comecei a me sentir seguro, eu digo oh, agora eu posso fazer uma dívida, eu sei que eu pago, aí a pessoa tem aquela esperança né, oh, já posso comprar um sonzinho, que a pessoa estando trabalhando paga, pode demorar mas ele paga, então aumenta o estímulo da pessoa (...).(Cooperado Pedro)

Olha, mudou, só que eu não sei se fui eu assim, mais eu quis ser muito ganancioso, porque eu nunca tive uma televisão boa né a cores assim, fui lá e comprei a melhor, de vinte polegadas, fui lá e comprei a parabólica, fui comprando, geladeira de dois mil, e fui indo, (...) mas eu comprei de tudo, mudou mesmo a minha vida, e mais uma mudança foi sabe o que, eu fazia quatro anos que eu não sabia o que era fazer um rancho, era só comprinha e quilinho, mas imagina, vendendo verdura vai ganhar o que? (Cooperado Leonardo)

(...) porque a gente pega o dinherinho da gente a gente se sente mais feliz né, porque você pode fazer uma compra, em comparação né, e dizer eu posso pagar, eu vou comprar porque eu tenho dinheiro, eu posso né, porque que antes a gente nunca podia pegar porque nunca sabia o dia que ia ter dinheiro o dia que não ia ter né, porque um dia trabalhava outro dia já não, e aqui não, aqui eu me sinto bem feliz porque eu posso contar com esse dinheiro, eu posso comprar o que eu

quiser porque eu sei que eu tenho dinheiro para pagar né, então eu trabalho com amor.

(Cooperada Maria)

O reconhecimento social pela condição de trabalhador, em algumas falas aponta para o reconhecimento da condição de consumidor, reafirmando que na sociedade capitalista as relações são mediadas pelas coisas, e que ser consumidor é uma forma de inclusão na sociedade de mercado.

*(...) então foi bem sofrido no começo, de chegar nos lugares, não tem auto-estima, porque **se tu chegar num lugar e tu não ter trabalho, tu é desprezada**, hoje não, hoje eles ligam para mim ou para qualquer uma das nossa cooperadas, que tem promoção nas lojas, uma vez eles não faziam isso, o que você quer, e hoje eles dizem, a senhora deseja ver alguma coisa, bem chique (risos).*

(Rafaela, Presidente da cooperativa)

Dessa maneira, a melhora nas condições materiais de vida é destacada como a principal mudança após o ingresso na cooperativa. Isso remete novamente ao trabalho não enquanto satisfação de uma necessidade em si, mas como afirma Marx (2004), como um meio de satisfazer outras necessidades, ou seja, o trabalho alienado. Essas necessidades por sua vez, mostram ir para muito além da subsistência, envolvendo os “apetites imaginários” produzidos pelo capital, em que o valor-de-troca se sobrepõe ao valor-de-uso. Assim, as falas apontam dois níveis de necessidades: um de subsistência (comida, moradia etc.) outro de poder consumir também coisas supérfluas, num contexto em que ser consumidor possibilita uma forma de reconhecimento social.

A cooperativa neste cenário se situa, como afirma Quijano (2002), mais como alternativa ao desemprego e à pobreza do que como alternativa ao capitalismo, sendo que os sentidos do trabalho que emergem estão intimamente vinculados ao modelo econômico dominante. No entanto, com o ingresso na cooperativa, os trabalhadores rompem, mesmo que temporariamente, com a condição de desqualificação social imposta pelo desemprego, o que torna essa experiência relevante para os mesmos.

5. SENTIDOS DO COOPERATIVISMO

5.1 A autogestão no espaço da cooperativa.

A autogestão é um dos princípios centrais na Economia Solidária, sendo destacada por Santos e Rodríguez (2002) como uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalistas, em que se busca substituir a autocracia, típica desses modos de produção, pela democracia participativa no interior dos empreendimentos. “O objetivo é estender o campo de ação da democracia do campo político para o econômico, e apagar, desta forma, a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram.” (SANTOS, RODRÍGUEZ, 2002, p. 68)

As relações de trabalho nessa perspectiva, segundo Jesus, Rios, Soares e Pires (2004), buscam ser menos hierárquicas e mais horizontais, aumentando-se a responsabilidade e o poder de decisão do coletivo de trabalhadores. Nesse sentido, a autogestão não pode ser vista separada de princípios como a democracia, a autonomia e o igualitarismo.

Autores como Guilherm e Bourdet (apud Coutinho, 2006), trazem uma perspectiva diferenciada da autogestão ao compreendem que esta não poderia acontecer em empreendimentos isolados, pois requer uma transformação radical do modelo econômico.

A efetiva autogestão social só aconteceria através de uma transformação radical, não somente econômica, como nas outras formas de participação (incluindo o controle operário e a cooperativa), mas, também, implica uma transformação política que levaria à abolição do Estado. Isto só seria possível através de outras formas de organização nacional, que permitissem a superação do capitalismo e do estatismo. (COUTINHO, 2006, “não-paginado”)

Nessa perspectiva, o processo autogestivo não seria possível de forma plena, em cooperativas que precisam se inserir e competir em um sistema capitalista, na medida em que este é um sistema localizado de gestão de trabalhadores, o que explicaria o limite desses empreendimentos.

Analisar o caráter autogestivo dos “empreendimentos solidários” é uma tarefa complexa, e que atravessa de forma recorrente os estudos de caso pesquisados no campo da Economia Solidária¹⁵. Compreendo que essa análise envolve questões diversas como o processo de organização do trabalho no empreendimento, as formas de participação dos cooperados nas decisões tomadas, os conflitos que emergem nesses contextos e a forma que os cooperados encaminham os mesmos, assim como o papel ocupado pela incubadora na gestão.

Assim, iniciarei pelas questões relativas à participação dos trabalhadores no processo de gestão da cooperativa, o que segundo Carvalho e Pires (2004), é importante para avaliar o caráter democrático, autogestivo e igualitário de um grupo.

Um dos primeiros aspectos que podem ser destacados era a forma diferenciada com os sujeitos participavam nos espaços formais e não formais de decisão do empreendimento e como eles percebiam estes espaços. Assim, se considerarmos sua dimensão formal, a cooperativa mantinha um determinado caráter autogestivo, na medida em que possuía um estatuto e um regimento interno de acordo com o que prevê legislação cooperativista, em que era estabelecido que as principais decisões fossem colegiadas através das assembleias gerais. No entanto, alguns cooperados apontaram que nem sempre isso ocorria.

É, as vezes a gente fica meio de fora, eles resolvem lá e quando a gente vê já está tudo resolvido, (...) se nós somos uma cooperativa que é unida em tudo tem que todo mundo resolver né, não só

*uma ou duas pessoas ou quatro que seja. Até quando resolvem que aquela pessoa não dá mais para trabalhar né, no meu ver eles tinham que fazer uma reunião e ver se as outras pessoas aprovavam aquela pessoa sair ou não, ou porque. Que nem esses dias, andou dando uns transtornos ali porque a presidente mandou uma mulher embora e agora ela está trabalhando na pintura né, e daí outros não gostaram porque acharam que eles tinham que ter participado, porque todos nós tínhamos que decidir, deu aquela polêmica. **Eu sou quietinha assim, mas eu percebo que as pessoas não gostam de ser descartadas, jogadas assim.** (Cooperada Maria)*

Na fala acima, observamos que parte dos sujeitos se sentiam excluídos de decisões consideradas importantes para o grupo e que estas, por vezes, ficavam centralizadas na figura de alguns cooperados, especialmente da presidente. Entretanto, várias falas e comentários no espaço da cooperativa, referiam-se a pouca participação dos trabalhadores nos espaços coletivos de decisões como assembleias e reuniões e no próprio processo de capacitação.

*Olha, para te falar a verdade eles não participam, **eles não tem participação** e já foi cobrado, que tem dois três aí que não tem participação, e a presidente batalha, eu batalho do lado dela né, a Maria, a Clara, e eles não, **eles querem só cobrar**, eles querem só cobrar dela, não querem trabalha. Eles querem saber por exemplo onde é que ela gastou os cinquenta reais né e vão investigar, vão lá no contador e querem saber tudo, só que eles não trabalham e tem uns aí que não tem nem um real das cotas parte né e é os que mais querem cobrar, e vivem de atestado, não trabalham, querem cobrança, cobrança, mas não contribuem.* (Cooperado Leonardo)

¹⁵ Isso pode ser verificado em estudos como os contidos em Gaiger (2004) e Santos (2002).

Essa cobrança em relação ao processo de gestão, que é apontada na fala do cooperado Leonardo, também emergiu em outras entrevistas e comentários que ocorriam no grupo. Geralmente essas situações referiam-se a momentos como a prestação de contas e decisões da diretoria, sobre as quais alguns cooperados diziam não se sentir participando ou não terem sido suficientemente esclarecidos. No entanto, esse comportamento era identificado como sendo dos mesmos sujeitos que não participavam assiduamente dos espaços formais de discussão e decisão da cooperativa. A falta de participação remetia-se também aos membros da diretoria e do conselho fiscal.

*(...) os outros colegas dela (da presidente) não ajudavam, não ajudavam e não ajudam até hoje. Bem no fim ela cansou de briga, **hoje é ela que corre atrás de tudo**, tudo mesmo, tudo é ela, ela não tem um vice para ajudar ela, ter tem, mas não ajuda, que nem o vice-presidente, o maior tempo dele é afastado de atestado. (Cooperada Isabel)*

Outra situação que merece destaque é a de que muitos cooperados se referiam à presidente como uma mãe, denominação que ela própria assumia. Compreendo que isso ocorria em função do papel que a presidente desempenhava na cooperativa, na medida em que a mesma assumia grande parte da responsabilidade pela organização do trabalho de varrição, bem como pela administração do empreendimento, centralizando o processo de gestão.

*É, fora o sofrimento da presidente né, porque ela é uma pessoa muito sofrida, eu não queria estar no lugar dela, **porque ela é mãe da gente né**. As vezes ela passa muita humilhação né, as vezes por causa de nós e a gente está parado e pensa, as vezes ela chora com nós né, diz óh gente, vamos caprichar, vamos melhorar. (Cooperada Laura)*

A filharada é o pessoal da Cooperativa, os cooperados né, que eles são mais do que filhos para mim e eu tenho certeza para eles também eu sou uma mãe, (Rafaela, Presidente da cooperativa)

Essa centralização da gestão, inicialmente, parece ter ocorrido por uma certa apatia e falta de participação dos cooperados, sendo que nessa condição a presidente teria assumido para si todas as responsabilidades que caberiam ao grupo. No entanto, essa falta de participação pode ser relativizada se considerarmos algumas questões. A primeira delas seriam as condições em que os cooperados ingressavam no empreendimento, sem compreender direito a proposta do mesmo, sem experiência e nem capacitação em processos de gestão coletiva. A segunda questão seria a própria atuação da ITCP que ajudou a tornar a presidente uma figura de referência, na medida em que recorriam a mesma para dar os encaminhamentos necessários para o andamento do empreendimento, que em função da disponibilidade de tempo e mesmo por inexperiência, acabava não socializando com o restante do grupo. Com o passar do tempo, essa dinâmica gerou algumas problemáticas no grupo. Uma delas foi o tratamento diferenciado para alguns cooperados, os quais diziam que as pessoas mais próximas da presidente, os cooperados que “colaboravam” mais, por vezes tinham alguns benefícios que o restante do grupo não tinha.

(...) A presidente, tendo amizade com ela, mês passado ela me adiantou trezentos reais, tem gente aí que ela não adianta porque não gosta dela, não gosta no sentido assim de cobrar, não que não se dão, se dão com ela, só que querem cobrar, cobrar e colaborar nada, (...). Então essas pessoas eu já vi pedir para ela, me arruma dinheiro adiantado, não posso, e eu ela nunca disse para eu não posso, porque ela sabe que eu estou sempre junto. (Cooperado Leonardo)

Por outro lado, criaram-se disputas de poder no espaço do empreendimento, o que se explicitou e se acirrou no período de eleições para a diretoria e conselho fiscal. Essa questão era recorrente nos momentos de encontro dos cooperados, sendo possível observar a constituição de dois grupos distintos. Um que defendia a permanência da presidente, composto pela maioria dos cooperados, e outro que entendia que a presidência devia ser assumida por um outro membro da diretoria, o qual fazia forte oposição à presidente. A presença de uma disputa pelo poder na cooperativa também pode ser compreendida como um movimento democrático e participativo dentro do grupo de cooperados.

(...) que nem eu falo sempre para eles né, inclusive eu chamo eles dentro do barraco e falo para eles, digo óh pessoal, até falei sobre a assembléia que vai ter hoje, eu digo óh pessoal, vai ter o Carlos, vai ter o José, vai ter o Luiz e vai ter a presidente para fazer a votação hoje né, eu não estou dizendo pra vocês votem para a presidente, eu para mim ela é a melhor porque ela me dá direito em rancho, me dá direito em gás, me dá direito em remédio, quando eu preciso, se dá um problema sério com o pessoal ela está lá junto, não importa a hora ela está lá. Então eu disse para eles, vocês sabem, querem votar para o outro votem, só que depois se o bicho pegar como diz o outro, não chorem (...). (Cooperado Leonardo)

Na fala do cooperado Leonardo é possível observar uma relação clientelista e de dependência com a presidente, como se as decisões de dar ou não alguns benefícios coubessem exclusivamente a mesma.

A dificuldade do grupo em discutir questões mais polêmicas, ou mesmo trazer reclamações, reivindicações, expressar dúvidas e opiniões diferentes nos espaços coletivos de discussão, também se evidenciou tanto nas falas quanto nas assembléias e reuniões.

Eu gostaria de propor (para que tivessem férias) só que eu tenho medo né, eu tenho medo de falar, a não ser que eu falasse com os outros amigos né, para gente chegar junto e propor isso. Faltou coragem. Eu tenho medo até de criar uma polêmica, alguma coisa, dos outros não gostarem. Porque ali, quando as vezes a gente fala uma coisinha assim, vira desse tamanho. Então a gente tem que pensar muito para poder falar alguma coisa.” (Cooperada Maria)

Então as pessoas ficam tímidas, ou ficam com medo de dar problema, mas quando o assunto é delicado, que vai mexer mais especialmente com uma pessoa, que é necessário remover essa pessoa, tirar, excluir, a gente faz tipo um voto secreto né, um voto secreto, ou tem outros modos de tirar aquela pessoa que ela não vai levar a mal, mas tem que haver decisões, tem que haver para melhoramento, quando tem que mudar tem que mudar, então por exemplo, quando a pessoa monta o projeto, se um ou dois, uma minoria falar não é apoiado, quando é preciso fazer mudanças tem que fazer, para o bem e para a cooperativa.(Cooperado Pedro)

A condução das discussões na assembléias e reuniões também ficava muito centralizada nos técnicos da ITCP e da prefeitura, marcando a relação de dependência do grupo com estes. Desta forma, mesmo as decisões tomadas nesses espaços coletivos, nem sempre eram plenamente compreendidas e compartilhadas pelos cooperados, o que gerava conflitos que emergiam, por exemplo, nos comentários velados durante e após as reuniões no empreendimento, assim como no desencontro de informações entre os cooperados sobre as atividades do empreendimento. Nesse sentido, Carvalho e Pires (2004) destacam que a elaboração dos conflitos e incoerências nos empreendimentos autogestivos, necessitam ter caráter coletivo, “(...) o que implicaria uma série de discussões, para as quais os trabalhadores muitas vezes não estão preparados, nem possuem força e tempo suficientes para se dedicarem.” (CARVALHO, PIRES, 2004, 221).

O processo de gestão era marcado por posturas autocráticas de alguns cooperados e ao mesmo tempo por posturas apáticas de outros, que não procuravam participar ou simplesmente se sujeitavam às condições e hierarquias estabelecidas na cooperativa. As contradições entre princípios autogestivos e heterogestivos atravessavam tanto os espaços de decisão quanto as formas de organização do trabalho na cooperativa.

*As vezes (risos), eles falam que ali a gente não tem patrão né, mas tem dia que um manda, o outro manda né, a gente fica meio assim né, a gente obedece porque trabalhar tem que trabalhar igual, mas que nem eu sempre trabalhei, nunca tive dificuldade nenhuma porque me mandam para lá me mandam para cá eu vou porque tem que trabalhar igual né, não tem discutir, porque o serviço tem que sair igual. Então eu não fico nem um pouquinho irritada, **mas tem gente ali que não gosta, que não gosta de ser mandado, que diz que ali é uma cooperativa e não tem patrão então não gosta de ser mandado.** Mas eu não me incomodo nada. (Cooperada Maria)*

Olha, eu acho diferente, até a cooperativa é melhor de trabalhar do que os outros lugares que eu trabalhei, porque (...) a cooperativa é nossa né, não precisa estar pedindo para ninguém superior, porque não tem chefe aqui, o chefe somos nós mesmo. Nós que temos que saber o que nós fazemos, então eu acho muito diferente, eu já trabalhei em vários serviços né, e pedi licença para patrão para ir para lá e para cá, aqui não tem isso, aqui eu faço certinho né. (Cooperado Leonardo)

Nas falas acima, são demarcadas as diferentes formas de compreender e de participar do processo de gestão do empreendimento. Vários trabalhadores reconheciam e destacavam diferenças entre o trabalho na cooperativa e nas organizações capitalistas, dentre as quais as mais

citadas eram as relações menos hierárquicas, por não ter a presença de um chefe e a possibilidade de participação nas decisões da gestão .

A diferença é que nas outras empresas tem o chefe, os que estão em cima né, e aqui não, aqui é liberdade, o cara trabalha a vontade, todo mundo manda né, todo mundo dá o palpite, e lá não, lá tem chefe, tem encarregado, qualquer coisinha que está errada os caras olham aí e vão direto para o chefe. Eles convocam a reunião e chamam o cara na sala e pedem para o cara melhorar né, melhorar o serviço, caso contrário vou ter que colocar outro no teu lugar porque você não está dando rendimentos para empresa e a gente se obriga a te dispensar né. (Cooperado Carlos)

Se as relações de trabalho mais igualitárias são valorizadas em alguns momentos, em outros, os cooperados apontam que elas também trazem dificuldades na organização do trabalho. No que diz respeito a esta, a atividade de varrição era organizada por meio da formação de pequenos grupos com cinco cooperados cada, em que cada grupo tinha um trajeto definido e um líder que coordenava o trabalho dos demais. Entre as dificuldades apontadas pelos entrevistados sobre esse processo, destacavam-se os conflitos entre os pequenos grupos de varrição, bem como os atrasos e as faltas dos cooperados, assim como o número de sócios afastados por problemas de saúde. Como a partilha das sobras dava-se por dia de trabalho, sendo esta a referência para a medição do quanto cada um trabalhou, ocorriam reclamações sobre alguns cooperados não darem conta do seu trabalho, ganhando o mesmo que os demais.

As reclamações referentes a organização do trabalho eram freqüentes também nos espaços informais de trabalho, observados durante a pesquisa. As faltas, atrasos e afastamentos faziam com que alguns grupos ficassem sem o número de pessoas necessárias para realizar o trecho definido, sobrecarregando os demais membros.

O que me deixa triste é as vezes a participação dos próprios companheiros né, que nem o meu grupo está organizado agora em cinco, mas eu tenho a minha amiga lá no outro grupo né, minha amiga, companheira, lá sofrendo só em um ou dois ou três. Um porque pegou atestado, outro porque não veio, outro porque chegou atrasado, e ali ela fazendo o trecho dia e dia sozinha né, isso que me deixa triste né, ainda que as vezes um termina mais cedo e um grupo ajuda o outro né, mas mesmo assim né, é sofrido, a gente sofre junto vê aquele amigo sofrendo sozinho.
(Cooperada Laura)

Tendo em vista que na cooperativa não havia um poder centralizador e punitivo, muitos trabalhadores abusavam dessa “autonomia” no trabalho, agindo de forma descompromissada com os demais cooperados e prejudicando as atividades da cooperativa. Isso foi amenizado a partir de uma mudança feita no regimento interno e aprovada em assembléia geral, em que se definiu que as faltas seriam descontadas e que só seriam aceitos atestados médicos em algumas situações específicas.

O regimento, que foi um pouco mais duro né, mais não é tão assim, é uma necessidade que tinha sabe, eu acho que isso aí foi certo né, cada um fazia o que queria, chegava a hora que queria, e não é bem assim agora né, porque eu acho que todo mundo tem que participar. (Cooperada Laura)

Alguns cooperados, no entanto, apontam como solução para essas problemáticas a implementação de um modelo mais heterogestivo no empreendimento.

Aqui é deferente, aqui todo mundo manda e trabalha como diz, por mais que faça a reunião, faça tudo certinho mas tem muitos que não aceitam, que se fossem formar uma cooperativa de carteira assinada, de trabalhar certinho e colocar uma chefia boa, eu acho que mudava, porque daí se não querem obedecer eles trocam, daí não quer trabalhar direitinho sai.
(Cooperado Carlos)

Carvalho e Pires (2004) dizem que esses movimentos de retorno às práticas heterogestivas expressam não uma preferência por estas, mas as dificuldades em relação ao processo autogestivo, sendo que as histórias dos trabalhadores são normalmente marcadas por um passado heterogestivo. “É esta visão que norteia o depoimento sobre o vivido e confere significado aos fatos narrados, na qual o sujeito “elabora” e encontra saídas para si e para o grupo que o “compreende”. (CARVALHO, PIRES, 2004, p. 207)

Assim, o processo autogestivo implica no reconhecimento do outro como alguém que partilha de um projeto comum, que é igual e possuidor das mesmas capacidades, condições e direitos. Mas para que o sujeito reconheça no outro essas características, é necessário que consiga reconhecê-las também em si próprio. Nesse sentido, a autogestão percorreria caminho semelhante ao trabalho alienado na medida em que este “(...) realiza-se e traduz-se inicialmente na relação do homem com os outros homens. Portanto, na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, como trabalhador, se depara.” (MARX, 2004, p. 116).

A implementação da autogestão nos empreendimentos solidários pode ser considerada uma categoria central na medida em que possibilita a ressignificação dos modos de trabalho nesse espaço. Entretanto, Quijano (2002) afirma que a diferenciação entre as cooperativas que se constituem a partir da Economia Solidária e as empresas capitalistas,

(...) não está na divisão do trabalho, na relação com o mercado, na função do salário ou na administração hierarquizada (...), as diferenças residem sobretudo no fato de os seus agentes identificarem-se, explicitamente, como um sistema de autogestão dos trabalhadores, da sua força de trabalho, dos instrumentos de produção, dos recursos ou objetos de produção e dos produtos. Isto é, situam-se ideologicamente e politicamente, de modo explícito, em contraposição ao capitalismo. (QUIJANO, 2002, p. 490)

A fala de Quijano (2002) nos leva a pressupor que a significação do processo cooperativo e autogestivo não deve estar atrelada somente às formas de organização do trabalho nos espaços dos empreendimentos, tendo em vista que esses são muito atravessados pelas regras do mercado capitalista. Deste modo, se não houver a identificação dos cooperados com um modelo autogestionário, esses empreendimentos tendem a se acabar ou se enquadrar definitivamente no modelo capitalista, especialmente quando os mesmos se deparam com uma situação econômica difícil.

Na análise do processo autogestivo da cooperativa, observamos que o mesmo foi atravessado por contradições e assumiu contornos diferentes durante a história do empreendimento, não chegando a se constituir de fato.

Se tomarmos a posição apontada acima por Quijano (2002), a cooperativa estudada tinha todos os requisitos para ser inviável do ponto de vista da Economia Solidária. Isso porque a iniciativa de montar o empreendimento não partiu da vontade dos trabalhadores e sim da prefeitura, a construção dessa consciência e opção pelo cooperativismo não era anterior ao ingresso dos cooperados no empreendimento, representando, ao contrário, um desafio em termos de como significar essa proposta e, por fim, o empreendimento era extremamente frágil e dependente economicamente da prefeitura.

Outros autores como Singer (2002) e Melo (2002), já trazem estratégias para lidar com dificuldades como as apresentadas na cooperativa, na implementação do processo autogestivo

nos empreendimentos. Essas estratégias remetem aos processos de educação e redes de apoio mútuo entre empreendimentos solidários, que aumentem as possibilidades de se manter relações mais democráticas no interior destes. Nesse sentido, havia atividades de capacitação e educação na cooperativa estudada, a qual discutirei posteriormente, mas a mesma não estava inserida nas redes de apoio mútuo.

É importante ressaltar que o processo autogestivo do empreendimento também teve influência decisiva dos atravessamentos político partidários que houveram, o que merece uma análise mais detalhada.

5.2 Os atravessamentos político partidários na organização cooperativa.

As eleições municipais, ocorridas no ano de 2004, provocaram mudanças significativas nos rumos da organização estudada, as quais atravessaram os resultados dessa pesquisa especialmente por coincidirem com o momento de campo da mesma.

Inicialmente, é importante destacar que o programa que subsidiava os empreendimentos cooperativos e associativos da ITCP foi implementado a partir da gestão que perdeu as eleições no período acima referido. Esses empreendimentos poderiam permanecer incubados por um período de quatro anos, com possibilidade de prorrogação para mais dois, e a cooperativa estudada tinha na ocasião pouco mais de um ano e meio de tempo de incubação.

A ITCP viabilizava, além dos processos de capacitação, assessoria técnica de contadores, administradores e assistentes sociais e, eventualmente, parte da infra-estrutura necessária aos empreendimentos. Em relação à infra-estrutura, esta era fornecida através de alguns materiais para atividades de capacitação, pleito de recursos via projetos com entidades

financiadoras e, em alguns casos, disponibilização de espaço físico para as cooperativas e associações.

No caso da cooperativa estudada, o espaço utilizado pelos trabalhadores como sede do empreendimento, onde era guardado o material da varrição no qual os cooperados se reuniam antes e ao final do trabalho, era cedido pela prefeitura.

Apesar de ser uma cooperativa de serviços gerais, a atividade principal do empreendimento sempre foi a varrição das ruas e os outros serviços que prestou, como atividades de pintura e reflorestamento, também estavam vinculadas à prefeitura municipal. Esses serviços duraram poucos meses e foram encerrados em outubro de 2004, após as eleições, deixando os cooperados que trabalhavam nos mesmos sem renda.

A utilização do espaço da prefeitura como sede da cooperativa, somado ao fato do único serviço prestado pelo empreendimento ser para a mesma, geraram uma forte relação de dependência. Isso evidenciou-se já com o processo eleitoral e confirmou-se com a mudança de gestão, em que houve a extinção do programa de subsídios à ITCP. Esse processo teve outro agravante que foi o término do contrato da varrição durante o período eleitoral, sendo que a cooperativa ficou impossibilitada de participar de novo processo de licitação.

Segundo a presidente da cooperativa e os técnicos da prefeitura, essa impossibilidade devia-se a uma liminar expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho de Santa Catarina, que proibia a participação de cooperativas em licitações de serviços públicos nesse Estado. Isso ocorreu, segundo os referidos técnicos, a fim de inibir práticas fraudulentas que haviam se tornado comuns, em que muitas “cooperativas de fachada” eram constituídas no intuito de “driblarem” os direitos trabalhistas ao transformar os funcionários em “sócios”, o que diminuía os custos do trabalho e aumentava as vantagens na participação de licitações desta natureza.

Todas essas questões contribuíram para gerar um clima de expectativa e insegurança no grupo, como pode ser observado nas falas abaixo.

É um medo que existe né, no meu pensamento eu creio que entre um, entre outro, nossa cooperativa vai seguir sabe, eles vão deixar nós trabalhar, não vai terminar não, eu penso assim né (risos), não penso negativo. Não sei se eu to certa se eu to errada. Muitos estão dizendo né, que com a mudança de prefeito, que para nós pode terminar. Mas eu não creio assim, eu creio que eles vão deixar nós trabalhar. (Cooperada Maria)

Daí eu fico muito insegura, choro, daí ontem de noite chorei, chorei fazendo comida né, daí eu me lembrava que tu já pensou se nós perdemos a licitação, quantas família vão ficar desempregadas, eram 84 que estavam trabalhando né, e já tem só 26. (Rafaela, Presidente da cooperativa)

Um outro aspecto desta situação foi a aparente falta de esclarecimento dos cooperados sobre o que estava ocorrendo com o processo de licitação e com o próprio contrato de varrição. Isso evidenciava-se pelas informações desencontradas que emergiam no grupo, em que alguns afirmavam que o contrato havia sido prorrogado por mais três anos e que não haveria licitação, outros diziam que a cooperativa participaria da licitação e outros ainda não tinham idéia sobre como estaria sendo encaminhada esta questão. A própria presidente dizia não ter clareza de como estava esse processo.

Olha, até então nós esperávamos que o contrato fosse para três anos, mas não, ao invés disso foi feito para um ano, então houve uma pequena queda do pessoal. Estão todos assim com medo,

não sei com essa administração o que vai ser feito, mas provavelmente que ela continue, eles vão acho que regularizar isso aí, a gente não sabe bem, mas, eu acho que eles vão tentar regularizar as coisas. (Cooperado Pedro)

Esses comentários eram recorrentes no espaço da cooperativa, quando os cooperados reuniam-se após o trabalho. O receio de “ser abandonado” pela prefeitura foi destacado nas falas da presidente, o que ilustra um pouco a repercussão desse processo no grupo.

Eu espero que vocês não abandonem nós né, que vocês não desistam de nós, que nós precisamos de vocês, nós não sabemos ainda caminhar sozinhos, largamos as muleta mais precisamos de apoio. O meu medo maior é que todo mundo de vocês né, abandonem nós, (...) esse é o medo que eu tenho. (Rafaela, Presidente da cooperativa)

Carvalho e Pires (2004), a partir de um estudo sobre os empreendimentos de economia solidária na cidade de Belo Horizonte, deparam-se com iniciativas semelhantes à implementada pela ITCP em questão, normalmente vinculadas à Igreja ou ao Estado. Nestas, segundo os autores, a mobilização inicial era feita por sujeitos ligados a projetos sociais e comunitários, os quais muitas vezes também viabilizam a estrutura física, assistência técnica e verbas. Uma das conseqüências apontadas nessas formas de incubação, é que as instituições responsáveis por estas tendem a se tornar uma referência para os empreendimentos, ajudando a construir a identidade dos mesmos e podendo desenvolver relações de dependência, assim como no caso da cooperativa estudada. Isso “(...) se explica, em alguns casos quando a entidade parceira tem “um ganho” em se associar ao empreendimento, podendo desenvolver aí uma parceria “tão próxima”

que pode passar a influir sutilmente nos rumos da organização.” (CARVALHO, PIRES, 2004, p. 1999).

Na cooperativa em questão, compreendo que este ganho da instituição parceira ocorria na medida em que esta, assim como os demais empreendimentos vinculados a ITCP, serviam como forma de propaganda positiva da gestão municipal, sendo que em alguns momentos essa relação de dependência parecia ser propositalmente estabelecida. A extinção do programa tão logo a nova gestão assumiu a prefeitura, também reforçam a idéia de vinculação do mesmo a um projeto político partidário.

Após a mudança da gestão municipal, em janeiro de 2005, a cooperativa foi orientada pela nova gestão da prefeitura a constituir uma empresa, pois somente desta forma poderia participar do processo de licitação que seria realizado no mês seguinte. A referida empresa foi constituída, mas aparentemente ficou centrada na figura da presidente, o que levou muitos cooperados a compreenderem que a partir desse momento eles seriam funcionários da empresa e que esta não era de propriedade coletiva. Isso causou atritos, discussões, e gerou o medo de alguns trabalhadores de serem desligados do empreendimento. As últimas informações obtidas a respeito desta situação foi que a licitação foi ganha pela referida empresa.

Com todo esse processo, o que ficou destacado foi a fragilidade do empreendimento perante a situação que se configurou, bem como o envolvimento da cooperativa na disputa de interesses dos diferentes grupos políticos partidários da região. Desta forma, compreendo que o processo de incubação e a relação de dependência com a prefeitura acabou ditando a dinâmica do empreendimento de maneira que este não conseguiu tecer sua autonomia. Esse processo acabou culminando com a total descaracterização da cooperativa enquanto um empreendimento solidário, especialmente a partir do momento em que a esta se transformou em uma empresa.

Icaza e Asseburg (2004) destacam que é importante identificar em que medida as organizações solidárias conseguem tecer uma dinâmica independente de agentes externos, e portanto, efetivamente autônoma. Ao realizar um mapeamento das atividades de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, esta autora destaca que nos empreendimentos que se articulam em torno de entidades de governo e instituições que promovem assessoria, a presença de organizações autônomas dos trabalhadores, é muito incipiente. Esta autora também coloca que na medida em que os governos locais e estadual do RS priorizam a Economia Solidária, “(...) esta é alavancada para novos patamares, saindo da sua escala experimental. Entretanto, a opção política pela economia solidária por parte de um governo (...), envolve vários riscos e apresenta novos desafios.” (ICAZA, ASSEBURG, 2004, p. 32)

No caso da ITCP a que a cooperativa estava vinculada, mesmo esta trabalhando com 13 empreendimentos entre cooperativas e associações, não havia uma articulação dos mesmos em rede¹⁶, assim como espaços constituídos para troca de experiências, o que poderia promover formas de organização mais autônomas desses empreendimentos. Nesse sentido, essa experiência não consegue ampliar-se para além do nível local. Sobre isso, Lisboa (2001) aponta que:

Para ela não se autonomizar e ser tragada pelo buraco negro do mercado capitalista, faz-se necessário superar o atual imediatismo, fragmentação e voluntarismo ainda presentes na mesma, e realizar escolhas políticas sobre quais segmentos e cadeias produtivas apresentem maior complementaridade e possibilidades conforme os diferentes potenciais locais. Assim passaríamos das criativas soluções pontuais para um sistema inter-empresarial articulado da Economia Popular Solidária. O predomínio de iniciativas isoladas, sem construir

¹⁶ O conceito de rede a que o texto se refere é discutido por Mance (1999), e envolve os princípios de extensividade, integralidade e realimentação. Nesse sentido “Uma rede capaz de conectar a diversidade será capaz de integrar, de maneira fecunda e criativa, as ações realizadas na esfera pública não-estatal que envolve todas as ONGs, organizações populares, associações, movimentos, etc., que pratiquem a colaboração solidária, articulando seus recursos e consolidando a implementação de seus projetos, fortalecendo cada nó na medida em que ele mantém um fluxo constante com os demais. (MANCE, 1999, p. 25)

soluções sistêmicas, pode engendrar uma competição fagocitária entre as mesmas, além de piorar a situação do conjunto da EPS. (LISBOA, 2001, p. 6)

Santos e Rodríguez (2002) também destacam a importância da inserção dos empreendimentos solidários em redes de apoio mútuo. Isso porque as cooperativas que trabalham nessa proposta, assim como no caso estudado, geralmente são frágeis economicamente e são empreendidas por sujeitos marginalizados da sociedade, o que faz com que corram sério risco de cooptação, falência financeira ou adequação aos moldes capitalistas quando tem que enfrentar a concorrência ou situações políticas desfavoráveis.

Uma das conclusões a que nos leva a experiência do empreendimento estudado, é que o financiamento público é fundamental para realizar iniciativas dessa natureza, tendo em vista que as populações atendidas pelas mesmas geralmente não dispõe de recursos financeiros e técnicos para iniciar esses empreendimentos. No entanto, ficar vinculados a projetos políticos partidários de qualquer ordem, deixa-os a mercê do cenário político do contexto em que estão inseridos, seja ele local, regional ou nacional.

(...) ainda que relevante, a curta duração de um governo não é suficiente para, isoladamente, dar vigor ao setor da EPS, dado o manifesto caráter de longa duração com que se levanta o mesmo. Pode-se aqui inflar artificialmente a EPS, sendo que o próprio governo corre o risco de não obter os frutos políticos que almeja. Por mais necessário que seja, uma política de governo não é auto-suficiente. Não é a ação governamental que será decisiva para construir o setor solidário: este é uma construção coletiva e autônoma por parte da sociedade organizada, ou não é EPS. Ao desequilibrar o conjunto das forças entre os atores da EPS, corre-se o risco de instrumentalizá-los ao projeto de manutenção no poder do partido (ou da fração do mesmo que gerencia a política do governo para a EPS) hegemônico, além de criar novas clivagens e reacender as velhas disputas políticas que absorverão as frágeis energias deste incipiente setor. (LISBOA, 2001, p. 6)

Uma estratégia para enfrentar essa questão poderia ser a constituição de políticas públicas que garantissem investimentos a iniciativas dessa ordem, mas compreendo que estas,

assim como as políticas de governo mencionadas pelo autor acima, apesar de importantes, também não são auto-suficientes, implicando em movimentos de organização por parte dos trabalhadores e da sociedade em geral. Assim, a Economia Solidária “(...) não pode ser vista como uma política de assistência a setores empobrecidos ou como compromisso de determinados governos, mas como espaços legítimos de disputa e construção de novos modelos econômicos e sociais.” (ICAZA, ASSEBURG, 2004, p. 52). Esses empreendimentos precisariam, nessa perspectiva, buscar apoio dentro e fora da esfera governamental, sem fazer uma opção restrita por uma dessas posições, o que traria riscos inevitáveis.

5.3 Os processos de capacitação e suas implicações na apropriação dos princípios da Economia Solidária

Os processos de capacitação dos grupos envolvidos nos empreendimentos solidários aparecem de forma recorrente nos relatos de ITCPs e outras instituições que viabilizam a incubação e/ou assessoria destes empreendimentos¹⁷. Nesse sentido, é importante lembrar que o compromisso com a formação dos membros das cooperativas é um dos princípios da Economia Solidária, sob a justificativa de que isso possibilita uma participação mais efetiva dos sujeitos nos empreendimentos.

(...) a difícil transição da produção capitalista para a produção cooperativa requer atividades simultâneas de educação e integração social que mantenham o entusiasmo dos trabalhadores participantes e criem as condições necessárias

¹⁷ Sobre esta questão, pode-se ver pesquisa sobre empreendimentos solidários no Brasil em Gaiger (2004).

para a participação significativa destes nas decisões das empresas de que são proprietários. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 65)

Assumir a responsabilidade por “entusiasmar” os trabalhadores para a produção cooperativa, como trazem os autores acima, é algo complexo e contraditório, pois remete novamente a questão do empreendimento não nascer da iniciativa dos trabalhadores, mas sim de agentes externos. No entanto, compreendo que a constituição de uma subjetividade crítica ao modelo econômico vigente e a viabilidade da organização social através do cooperativismo, exigiria, além de outras questões, discussões problematizadoras e demais atividades pedagógicas que auxiliassem o grupo na significação desse processo. Assim, as trocas de saberes no empreendimento podem gerar “(...) um saber coletivo da instituição, que é compartilhado por todos (ou pela maioria) dos associados. Esse saber coletivo passa a ser parte da cultura do EES¹⁸ e gera outros saberes, principalmente a respeito da organização do trabalho e da gestão administrativa do EES.” (CARVALHO, PIRES, p. 204, 2004)

Assim, longe de querer esgotar aqui as problemáticas que compõem e atravessam o processo de capacitação, o que a meu ver exigiria um estudo específico sobre este, buscarei apontar algumas questões que emergiram ao longo desta pesquisa, devido a relevância desse processo na proposta de incubação.

A troca de saberes, referida acima, ocorria no espaço da cooperativa de maneira informal entre os cooperados nos diversos momentos em que estes se encontravam e, também de maneira mais formalizada, através de cursos e atividades de capacitação.

Antes do empreendimento constituir-se legalmente, como já foi citado anteriormente, a incubadora ministrou, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), um

¹⁸ Empreendimento de Economia Solidária.

curso de capacitação em cooperativismo popular, o qual tinha a proposta de trabalhar os princípios da economia solidária, através do método da educação popular. No decorrer do processo de incubação, a ITCP, em conjunto com os cooperados, percebeu a necessidade de fazer uma capacitação mais continuada e não em encontros previamente definidos como era a proposta inicial.

O acompanhamento de atividades de capacitação durante a constituição do empreendimento, tanto no estágio, quanto em alguns momentos da pesquisa, assim como as falas dos entrevistados sobre esta questão, apontaram para aspectos positivos em relação a esse processo, mas também para algumas limitações do mesmo.

Uma das questões observadas é que a capacitação tornou-se uma referência importante para os trabalhadores no que diz respeito aos princípios da Economia Solidária e as forma de organização do trabalho a partir destes.

(...) Mais daí quando começou a entrar o pessoal da Universidade conversar, vocês né, você está desde o começo aqui com nós né, então a gente está aprendendo, mais a gente não sabia, cada um queria mais que do que o outro né, queria mais e mais para ele, mas não, na cooperativa é tudo igual, na cooperativa desde a presidente até eu é o mesmo ganho, ninguém ganha um real a mais do que o outro. (Cooperado Leonardo)

Estão, quando aqueles dois lá que deram aquele curso lá eles também ensinaram muita coisa para nós, sobre aquele boneco, o Juvelino né, eles fizeram todo torto aquele Juvelino lá, que era a nossa cooperativa né, cada um achou que poderia colocar ali né, pé maior, uma mão maior, e por ali não ia pra frente né, e a gente chegou na nossa cooperativa, o que está errado o que não está, senão nós não íamos chegar, nós íamos indo de qualquer jeito. (Cooperada Laura)

A atividade a que a cooperada Laura se referiu, apareceu na fala de outros sujeitos, o que leva a compreender que a mesma foi significativa para estes trabalhadores no sentido de compreender o processo de trabalho coletivo. Assim como essa, outras atividades semelhantes também foram trazidas nas entrevistas como momentos marcantes do processo de capacitação. Uma das limitações apontadas em relação a este processo é o que alguns entrevistados destacaram como uma dificuldade dos colegas em compreender os conteúdos trabalhados durante as atividades.

É bom por causa que eles revêem tudo né, porque tem gente que esquece da metade né, então eles colocam de novo para aqueles e fazem lembrar de tudo do que aprendeu. Porque muitos guardam e muitos não guardam né, fazem a capacitação por fazer né. Não guarda que um tem que respeitar o outro, que um é para ajudar o outro, que ali nós somos uma família né.
(Cooperada Maria)

A falha foi que muitos ali não entenderam o que foi a capacitação, a maioria de nós que estamos trabalhando já entendemos, só que tem dois três ali que não entenderam o que foi lá.
(Cooperada Lúcia)

Compreendo que esse não entendimento ou esse esquecimento a que os entrevistados se referem, remete, entre outras questões, às dificuldades em significar os princípios e se apropriar do modo de trabalho cooperativo. Essas dificuldades não se remetem somente aos cooperados de forma individual, devido, por exemplo, às suas experiências de trabalho anteriores e ao que estes buscam na cooperativa inicialmente, mas atravessam a organização cooperativa como um todo,

estendendo-se à incubadora. No que diz respeito a esta, os problemas e limitações no plano teórico e metodológico da capacitação são muito relevantes.

Um dos desafios da incubadora, ao se propor a trabalhar com a educação popular, é que este não é um método acabado, pronto, exigindo, como afirma Freire (2000), a constante reflexão crítica da prática, assim como a atenção para as singularidades de cada contexto de cada grupo, seus saberes e anseios. Isso, no entanto, não evitava a utilização de “receitas” prontas pela equipe técnica, que não necessariamente atendiam as demandas do grupo. A disponibilidade de tempo e de recursos para pensar as ferramentas de trabalho e fazer a reflexão crítica desse processo nem sempre condiziam com as possibilidades concretas dos técnicos envolvidos, que tinham que trabalhar com muitos empreendimentos ao mesmo tempo.

Outra questão relevante na cooperativa, era o incentivo da ITCP para que os cooperados ingressassem na educação formal através do Movimento de Alfabetização (MOVA) e do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso também pode ser compreendido como parte desse processo de capacitação, tendo em vista que a baixa escolaridade e o analfabetismo do grupo apresentavam-se muitas vezes como fatores limitantes para o mesmo. Isso ocorria tanto na organização do trabalho como, por exemplo, pela necessidade de ler os nomes das ruas para conhecer os trajetos da varrição, quanto na própria organização da cooperativa, para discutir questões relativas ao estatuto, regimento interno, compreender a prestação de contas e as atividades do contador etc.

No caso dos trabalhadores entrevistados, todos disseram estar participando de programa de escolarização, sendo que a prefeitura viabilizou uma turma específica para a cooperativa, em que as aulas ocorriam após o término da varrição, junto à Secretaria de Assistência Social e Habitação, a qual ficava ao lado do espaço utilizado como sede do empreendimento.

O processo de incubação, em toda a sua abrangência, pode ser considerado como uma capacitação dos sujeitos inseridos nos empreendimentos solidários vinculados à ITCP. Mas é importante destacar que a aprendizagem do trabalho cooperativo não é algo exclusivo do grupo de cooperados, mas dos próprios técnicos da ITCP, os quais estão imersos num contexto atravessado pelas mesmas contradições sociais que os demais trabalhadores, o que se estende para outras incubadoras e equipes que prestam assessorias desta ordem. Nesse sentido, esses técnicos, assim como os trabalhadores dos empreendimentos solidários, também não experimentaram plenamente a vivência dos princípios solidários que buscam trabalhar, sendo que todas as formas de sistemas alternativos com base nesta proposta de economia estão em plena construção teórica e prática.

5.4 Sobre solidariedade... para finalizar

As avaliações dos empreendimentos cooperativos, segundo Santos e Rodríguez (2002), tendem a priorizar os aspectos econômicos, sendo que devido as inúmeras dificuldades nesse campo, essas experiências geralmente são postas em questão. No empreendimento analisado, se focarmos apenas os aspectos econômicos, as vantagens que o mesmo apresenta são restritas, tendo em vista que não conseguiu sobreviver enquanto uma cooperativa nos moldes da Economia Solidária. Assim, sem desconsiderar as questões relativas a viabilidade econômica, quero destacar nesse momento alguns outros benefícios que, no meu entendimento, o empreendimento trouxe aos trabalhadores.

O princípio da solidariedade é apontado como uma questão de destaque nos empreendimentos cooperativos. É claro que essa solidariedade, assim como os demais princípios

da E.S., não pode ser compreendida de forma isolada e desvinculada dos atravessamentos em torno do empreendimento, já discutidos anteriormente. A solidariedade enquanto um princípio, envolve também esferas diferenciadas que vão desde as relações nos espaços de trabalho local, até redes de solidariedade em um nível macroeconômico.

No entanto, se fizermos um recorte e olharmos apenas para expressões de solidariedade nas relações cotidianas dos cooperados, poderemos perceber alguns movimentos diferenciados do modelo tradicional, mesmo com todas as adversidades presentes no grupo, as quais já foram apontadas anteriormente. Mas frente ao atual quadro social, que muitas vezes nos leva a assumir uma postura de pessimismo e faz sentirmo-nos impotentes, isso seria uma forma de visualizar possibilidades de resistência às problemáticas que se apresentam.

A primeira expressão diferenciada envolve a preocupação dos cooperados com os outros trabalhadores que estavam de alguma forma excluídos do mercado de trabalho, como pode ser observada na fala da cooperada Laura.

(...) então eu espero que nós continuemos né, que cada vez aumente essa cooperativa né, que não fique só naquela, que a gente vê, tanta gente precisando daquele serviço, ali pedindo, implorando né, quanto maior melhor seria, eu acho sabe. Eu penso assim, que o grupo aumentasse, que sempre tivesse gente nova trabalhando, sabe, se a gente tivesse um conhecimento novo, coisas novas né, acho que cada um tem uma coisa para trazer para a gente.

Essas falas eram recorrentes tanto nas entrevistas assim como no espaço da cooperativa, e mostravam uma espécie de cumplicidade entre os trabalhadores, no sentido de compreender no outro uma situação difícil pela qual eles já haviam passado.

A cooperativa ela não quer parar só com esses 26, na minha opinião né, ela quer talvez no ano que vem colocar mais 400 pessoa para fazer curso, estão todos escritos para fazer o curso, pessoas que eu nem conheço, e eu entendo que eles querem mais tarde também trabalhar né. Então eu não quero só para mim, porque eu vejo na rua gente com o carrinho de papel empurrando, eu vejo né, eu comprimento um por um, pode perguntar para os meus colegas de trabalho, oh como é que está, tudo bem né, porque eu também esses tempos eu vendi picolé, o solão rachando e eu vendendo picolé, não tinha outro serviço né, fui vender picolé, até isso eu fiz, então eu não quero que só eu esteja bem.(Cooperado Leonardo)

Outra observação possível, era a de que a solidariedade e a relação de amizade entre os cooperados se estendia para além dos espaços de trabalho, indo para o âmbito de suas vidas privadas. Houveram diversos relatos e também tive a oportunidade de acompanhar durante as visitas à cooperativa, situações em que os trabalhadores se ajudavam a respeito de problemas familiares. Também era comum compartilharem os momentos de lazer.

(...) no dia de uma festa, no dia do forró que tem que ser unido, tem que ser unido também para o trabalho, e ser amigo na hora da doença, é que nem um casamento, é na hora da doença, é na hora da dor, é na hora da felicidade, é na hora da festa, é na hora do forró, é na hora de tudo, tem que ser bem unido (...)(Rafaela, Presidente da cooperativa)

Após a atividade de varrição, os cooperados costumavam passar longo tempo na sede da cooperativa, momentos em que conversavam, faziam brincadeiras, sendo que por diversas vezes eles afirmavam se sentir bem naquele espaço.

Diferença assim, no meio de gente eu já tinha trabalhado né, eu vejo diferença assim no mercado, que nem ir ao mercado junto, eu nunca fui com um montão assim de gente né, na amizade, na conversa também eu nunca tive muita conversa assim. Eu já sou assim mais fechadona né, hoje não, hoje eu sento, eu deito lá, (risos), outro deita lá do meu lado, um abraça, a gente se sente contente né, são essas diferenças.. (Cooperada Laura)

Assim, apesar da cooperativa ser um empreendimento que não conseguiu sobreviver na proposta da Economia Solidária, e mesmo por ter tido uma duração relativamente curta, compreendo que ela proporcionou a produção de sentidos diferenciados em muitos dos cooperados, levando-os ao menos a conhecer outras formas possíveis de ser trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de trazer conclusões definitivas, algumas considerações podem ser tecidas a partir da pesquisa realizada. A primeira delas diz respeito a um questionamento que ficou presente ao longo deste trabalho, o qual se refere a existência ou não de uma Economia Solidária. Quando me propus a investigar os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”, mesmo intrigada pelas contradições que observava na cooperativa em questão, a condição de “solidário” estava para mim até certo ponto implícita naquele espaço. No entanto, com o decorrer da pesquisa esta questão se mostrou muito mais complexa do que eu pressupunha inicialmente. O primeiro questionamento leva necessariamente a outro que refere-se a como os pretensos “sistemas alternativos de produção” promovem ou buscam promover a emancipação social, a qual emerge como uma questão central para os mesmos.

A análise das questões levantadas no âmbito do empreendimento estudado, levou a definição de duas temáticas principais que foram sentidos do trabalho e sentidos do cooperativismo. A separação destas em dois capítulos distintos foi meramente didática, na medida em ambas constituem-se reciprocamente, não podendo, portanto, ser olhadas de forma separada.

Inicialmente, compreendo que a consolidação da proposta de emancipação social por meio da Economia solidária implicaria necessariamente na desalienação dos processos de trabalho tal como propõe Marx. Partindo dessa afirmação, é necessário ressaltar que tanto as experiências no campo do cooperativismo como as discussões em torno dos modos alternativos de produção já vem de longa data, assim como o debate acerca das limitações desse modelo frente ao sistema capitalista.

Dentre as limitações dos empreendimentos cooperativos, destaco a contradição que os mesmos vivenciam ao terem que se inserir e sobreviver dentro do modelo que se propõe a superar. Penso que essa proposta também é confrontada com a atual crise que vive a classe trabalhadora pelo avanço do neoliberalismo e em meio a reestruturação produtiva. Nesse contexto, o capitalismo se reinventa e ganha vida, utilizando-se de estratégias muitas vezes sutis que levam os sujeitos a constituírem subjetividades coniventes com este projeto, como os que correspondem ao consumismo e ao individualismo. Nesse ínterim, os trabalhadores são profundamente inseridos na lógica deste sistema, o que vem a enfraquecer as estratégias coletivas de organização desta classe e arrefecer as possibilidades de transformação do modelo com vistas à emancipação social.

No âmbito da cooperativa estudada, compreendo que as ações se davam no sentido de tentar sobreviver em meio ao modelo econômico e não de se contrapor a ele ou superá-lo. Assim, o projeto de emancipação social não constituía os sentidos dos cooperados e não atravessava o dia-a-dia de trabalho na cooperativa.

Quanto a ITCP, penso que suas ações passavam muito mais por uma tentativa de gerar trabalho e renda para a população pobre do município de Chapecó do que empreender um projeto com vistas à emancipação social. Aqui cabe ressaltar que o empreendimento estudado tratava-se de uma experiência tutelada pelo poder público e atravessada por interesses político-partidários. Estes foram definitivos para os rumos que a cooperativa veio tomar, na medida em que o projeto da ITCP foi conduzido de forma que não poderia sobreviver ao fim daquela gestão.

Compreendo que as únicas estratégias promovidas pela ITCP, que buscavam romper um pouco com o modelo tradicional de trabalho, estavam vinculadas à proposta da autogestão e aos processos de capacitação.

Olhando primeiramente para a autogestão, o que se pôde observar foram algumas ações para romper com as práticas heterogestivas, mas em que a autogestão não chegou a se constituir de fato. Essas ações se limitaram a questões pontuais como o reconhecimento de alguns cooperados da necessidade de participação do coletivo de trabalhadores nos processos decisórios, assim como na diferenciação que os mesmos faziam dos modos de trabalho na organização cooperativa em relação às empresas capitalistas. No entanto, em contraposição a esse processo, pesavam questões como a relação de dependência com a prefeitura, os atravessamentos político partidários no empreendimento, a centralização da gestão na figura da presidente e a falta de envolvimento de um grande número de trabalhadores nos espaços decisórios.

Já no que diz respeito aos processos de capacitação, estes se constituíram em uma referência importante para os cooperados, se não a única, em relação à aprendizagem dos princípios da Economia Solidária e da organização do trabalho a partir destes. No entanto, esses processos também apontaram para algumas limitações desse modelo, entre as quais, o fato da cooperativa não nascer da iniciativa dos trabalhadores, mas sim de agentes externos. Este cenário leva a questionar o papel que os técnicos e o próprio MST desempenhavam junto a incubadora, na medida em que os mesmos acabaram assumindo o papel e a responsabilidade por “entusiasmar” e conduzir o grupo na produção cooperativa. Isso evidenciava o não comprometimento e o próprio desconhecimento dos trabalhadores em relação aos princípios solidários que deveriam pautar o trabalho naquele espaço.

A entidade proponente e financiadora do empreendimento realizou, então, o processo de mobilização para a constituição do mesmo, introduziu conceitos e formas de organização através do curso de capacitação em cooperativismo popular e facilitou arranjos no sentido de alocar um espaço para a realização do trabalho. No entanto, a cooperativa não conseguiu constituir sua autonomia, e, quando o quadro político se modificou e houve necessidade de se desvincular da

incubadora, o empreendimento acabou abandonando a proposta de “modo alternativo de produção”. Cabe aqui perguntar se os empreendimentos que nascem dessa forma têm possibilidades de sobreviver sem que se criem políticas públicas que subsidiem os mesmos, bem como se as entidades proponentes e financiadoras conseguem atuar junto a esses empreendimentos de forma desinteressada, ou seja, unicamente com vistas às necessidades dos trabalhadores e ao bem estar social.

A proposta de uma Economia Solidária, não pode ser resumida, à esfera econômica ou político administrativa dos empreendimentos, implicando sobretudo em processos subjetivos de ressignificação dos modos de trabalho, aspecto que a meu ver, tem sido subestimado tanto na construção teórica quanto no desenvolvimento das práticas no âmbito das cooperativas populares.

A compreensão dos sentidos do trabalho e do cooperativismo para os sujeitos investigados, remetem ao contexto social mais amplo e às problemáticas que fazem parte do mesmo. Nesse sentido, nos discursos dos entrevistados destacaram-se questões como a responsabilização e culpabilização dos trabalhadores pelas dificuldades que os mesmos enfrentavam no mercado de trabalho, através da reprodução de discursos ideológicos em torno da qualificação profissional, da escolarização da competitividade e da apologia ao trabalho. As histórias de vida dos sujeitos investigados eram marcadas pelo sofrimento psicossocial ocasionado por estas circunstâncias.

Os sentidos do trabalho para os cooperados remeteram de forma predominante à satisfação de dois níveis de necessidades, que eram a garantia dos meios de subsistência (alimentação, moradia etc.), a possibilidade de melhora nas condições de vida e de consumir coisas supérfluas. Esse cenário aponta para a dissociação entre trabalho e auto-realização humana, em que o mesmo não aparece como um fim em si, mas como um meio de sobrevivência e de inserção social, especialmente na qualidade de sujeito consumidor.

O não reconhecimento pela condição de trabalhador em função do desemprego, torna-se motivo de discriminação e humilhação para o sujeito trabalhador, processo que é rompido quando este se insere ou reinsere no mercado de trabalho. Isso aponta também que neste contexto o trabalho é valorizado apenas em sua forma assalariada, bem como que não há o discernimento entre trabalho e emprego e na ausência desse o trabalhador não é reconhecido enquanto tal.

O reingresso ao mercado de trabalho por meio da cooperativa, era assim, muito valorizado pelos cooperados, mas o medo de voltar à situação de desemprego mostrou-se presente devido ao eminente risco do empreendimento acabar, o que veio de fato a acontecer posteriormente.

Por ser uma cooperativa de serviços gerais, que o único patrimônio dos sócios continuava sendo sua força de trabalho, não podemos afirmar que este empreendimento possibilitou a apropriação coletiva dos meios de trabalho, ou a afirmação daqueles sujeitos para além do mundo das necessidades, ou seja, para além da luta cotidiana pela sobrevivência. O trabalho de varrição também era repetitivo, fragmentado e em certa medida hierarquizado dentro da cooperativa, deixando uma margem muito estreita para a autonomia e a criatividade. Desta forma, compreendo que este empreendimento não proporcionava a desalienação do trabalho a que se propõe a emancipação social.

As cooperativas, enquanto principais representantes da Economia Solidária, são atravessadas por inúmeras contradições que impossibilitam que as mesmas se constituam em alternativas de reforma gradual em direção à superação do capitalismo, ou de promoção da emancipação social. Ao invés disso, o que temos são iniciativas e empreendimentos isolados que servem principalmente como estratégias de sobrevivência para trabalhadores pobres e excluídos do mercado de trabalho formal. Assim, as cooperativas possibilitam a reinserção de determinados grupos de trabalhadores no mercado formal, minimizando a condição de pobreza e sofrimento

psicossocial ocasionada pelo desemprego. No entanto, esse fator atenuante às problemáticas sociais, precisaria ser melhor avaliado na medida em que estes empreendimentos não representam necessariamente um aumento no número postos de trabalho, tendo em vista que a competição entre as empresas capitalistas e entre as cooperativas se mantém. Deste modo, essa inserção de alguns grupos de trabalhadores pode acabar representando a exclusão de outros.

É preciso considerar, no entanto, que tais empreendimentos, se não são relevantes para o conjunto social mais amplo, fazem grande diferença para esses sujeitos específicos que de algum modo tem suas vidas modificadas pela oportunidade de reinserção no mercado de trabalho. O empreendimento também conseguiu, mesmo que de forma incipiente, promover alguns enclaves de solidariedade no seio desse modelo econômico, solidariedade essa condicionada até certo ponto pelas contradições e limitações dessa proposta.

Retomando o questionamento feito no início dessas considerações, entendo que não há uma forma de Economia Solidária constituída e que os empreendimentos existentes não conseguem promover a emancipação social proposta, sendo muitos os desafios e contradições que se colocam aos mesmos atualmente. No entanto, é preciso considerar que essas iniciativas estão se multiplicando em diversas regiões do mundo, o que denota, a meu ver, um agravamento da crise social gerada pelo modelo econômico capitalista em que os trabalhadores buscam estratégias de sobrevivência em meio a este. Nesse contexto, se esse movimento não consegue em si promover uma reforma no modelo econômico, pode ao menos potencializar modos de resistência frente a este cenário e constituir importantes espaços de debate e discussão com vistas a outras formas de organização social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- AUED, B., W., CHAVES, L. C. O desemprego não é inexorável. **Plural**, n.º 13, ano 9, p. 56-73, 2003.
- AUED, Bernardete, W., MACIEL, E. G., JUNIOR, S. P. **Origens sociais do cooperativismo. II** Seminário sobre Cooperativismo e desemprego, 2003.
- BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, vol. 19, n. 44. p.19-32, abril. 1998.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2ª ed., São Paulo: UNESP, 2000.
- COUTINHO, Maria Chalfin. **Participação no trabalho** (no prelo). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- COUTINHO, Maria Chalfin, JACQUES, Maria Graça. Uma contribuição da Psicologia para a análise das implicações do desemprego. **Psico**, Porto Alegre - PUCRS, vol. 35, n. 2, p. 161-167, 2004.
- COUTINHO, Maria C.; TOLFO, Suzana R.; FERNANDES, F. P. Sentidos do trabalho para ex-trabalhadores de empresas privatizadas. In: FÓRUM CRITEOS 2005, *Anais...* Porto Alegre: UFRGS/EA, 2005. 1 CD-ROM.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Civilização, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 16 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Odair. Psicologia e relações de trabalho: em busca de uma leitura crítica e uma atuação compromissada. In: BOCK, Ana (org.). **A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia.** Petrópolis: Vozes, 2003. p.211-239.

GAIGER, Luiz Inácio. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.371-402.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 6 ed., Petrópolis: Vozes, 2002. p.76-99.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** Rio de Janeiro: Campus, 1991.

GONZÁLEZ REY, Fernando L.. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

_____. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

_____. **O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito.** Petrópolis: Vozes, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2004. p.141-156.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 3ª ed., São Paulo: Edições Loyola.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria, ASSEBURG, Hans Benno. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.55-90.

JESUS, Paulo, RIOS, Gilvando, SOARES, Guilherme, PIRES, Maria. Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco. In: GAIGER, Luiz Inácio. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.267-322.

LECHAT, Noëlle M. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em 23 jan. 2006.

LISBOA, Armando. **Os desafios da Economia Popular Solidária**. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em 23 jan. 2006.

MANCINI, Euclides, A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. vol. 1, 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Manuscritos econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In loco no Sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.435-472.

PEDRINI, Dalila M., PRIM, Lorena F., SANTOS, Nilce R. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.91-138.

PINO, Angel. Semiótica e cognição na perspectiva histórico-cultural. **Temas em Psicologia**, n.º 2, 1995.

___ O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, n.º.71, 2000.

PIRES, Sanyo D. CARVALHO, Ricardo A. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.189-228.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.475-512.

RIBAS, C., MACHADO, L. C. Economia solidária: atualização e reforço da (des)ordem neoliberal. **Plural**, n.º 13, ano 9, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza, RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.23-77.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2004. p.97-118.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.81-130.

SINGER, P. (2002). **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SHUARE, M. **La Psicología soviética tal como yo la veo**. Moscou: Editorial Progreso, 1990.

TEIXEIRA, Aloísio. **Utópicos, heréticos e malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

THIAGO, Raquel S. **Fourier**: Utopia e esperança na Península do Saí. Blumenal: Editora FURB, 1995.

TOLFO, Suzana, COUTINHO, Maria Chalfin, , ALMEIDA, A R , BAASCH, D ; CUGNIER, J. S. Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho. In: FÓRUM CRITEOS 2005, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS/EA, 2005. 1 CD-ROM.

TRIVIÑOS, Augusto. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

UNIRCOOP. Rede Universitária das Américas em Estudos Associativos. **Panorama do Cooperativismo brasileiro**: história, cenário e tendências. [S.l], 2003. Disponível em: <http://www.unircoop.org/documents/coop/Brasil.pdf/>. Acesso em 13 jun. 2004.

VIEITEZ, Candido Giraldez, NAKANO, Marilena. A economia solidária no estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos. In: GAIGER, Luiz Inácio. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.139-172.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas II**: Problemas de Psicología General. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; Carvalho, M; Vilela, R. (orgs). **Itinerário de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZANELLA, Andréa V. **Vygotski**: Contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Itajaí: UNIVALI, 2001.

ZANELLA, Andréa. V. Atividade, Significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em estudo**, V. 9, n.º 1, 2004.

APÊNDICES

Apêndice 1.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Márcia Luíza Pit Dal Magro e estou desenvolvendo a pesquisa “Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários”, sob orientação da Prof^ª. Dra. Maria Chalfin Coutinho. Esta pesquisa tem como objetivo, investigar os sentidos do trabalho para integrantes de uma cooperativa popular. Este estudo é necessário afim de possibilitar uma análise crítica acerca dos empreendimentos solidários e da repercussão destes junto aos trabalhadores. Para coleta de dados, serão realizadas entrevistas individuais com cooperados, as quais serão gravadas em fita cassete e posteriormente transcritas para análise de seus conteúdos. Espera-se que os resultados deste estudo gerem informações que permitam contribuir nas discussões relativas aos empreendimentos solidários.

Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone (49) 329-2551. Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas através das entrevistas serão confidenciais e só serão utilizadas neste trabalho.

Márcia Luíza Pit Dal Magro
Pesquisadora

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa “Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários”, e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Chapecó, ____/____/____

Assinatura: _____ RG: _____

Apêndice 2.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Idade: _____

Sexo: _____

Escolaridade: _____

- 1) De onde você veio (procedência)?
- 2) Você está participando de algum programa de escolarização?
- 3) Se não, gostaria de participar?

TRAJETÓRIA DE TRABALHO

- 4) Antes de trabalhar na cooperativa, que outras atividades profissionais você exerceu?
- 5) Quais as condições de trabalho nestas atividades? (em relação a vínculo empregatício, carteira assinada, segurança no trabalho)
- 6) Como e quando foi seu ingresso na cooperativa?
- 7) Você gostaria de trabalhar em outra coisa/ área? Qual? Por que?

SENTIDOS DO TRABALHO E DO COOPERATIVISMO

- 8) O que você acha do trabalho que você desenvolve na cooperativa?

- 09) Você sente alguma dificuldade na realização do seu trabalho na cooperativa? Quais? Como seria possível solucioná-las?
- 10) O que é trabalho para você?
- 11) O que é emprego para você?
- 12) O que o trabalho representa em sua vida?
- 13) O que você entende por cooperativismo?
- 14) Você conhece os princípios do cooperativismo? Quais?
- 15) Quais as dificuldades e/ou facilidades na implementação dos princípios do cooperativismo no seu dia-a-dia de trabalho?
- 16) Como você se sente enquanto cooperado?
- 17) Como você percebe o grupo de cooperados?
- 18) O que você espera dos outros cooperados?
- 19) Quais são suas expectativas em relação a esta cooperativa? O que você espera dela?
- 20) Você percebe diferenças na forma de organização do trabalho na cooperativa em relação às suas experiências de trabalho anteriores? Quais?
- 21) Como você percebe o processo de capacitação em cooperativismo?
- 22) Como você percebe o processo de gestão da cooperativa e como se sente em relação a este processo?
- 23) A partir do seu ingresso na cooperativa, algo já mudou em sua vida? O que? (pode ser em relação a sentimentos, desejos, sonhos, projetos)